

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ROBSON DE MELLO SOMBRIO

**ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DE UMA EMPRESA DE
EMBALAGENS PLÁSTICAS**

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2012

ROBSON DE MELLO SOMBRIO

**ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DE UMA EMPRESA DE
EMBALAGENS PLÁSTICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Me. Cleyton de Oliveira Ritta

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2012

ROBSON DE MELLO SOMBRIO

**ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DE UMA EMPRESA DE
EMBALAGENS PLÁSTICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Financeira.

Criciúma, 06 de dezembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Cleyton de Oliveira Ritta, Professor Mestre, Orientador

Clayton Schueroff, Professor Especialista, Examinador

Marcos Viana, Professor Especialista, Examinador

Dedico a minha família, meus pais, meus amigos, e a todos que contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Terezinha de Mello Sombrio e Robson Sombrio, meus maiores exemplos, e pela minha irmã Maria Luiza. Obrigado por cada incentivo e orientação, pelas orações em meu favor, pela preocupação para que estivesse sempre andando pelo caminho certo.

Aos meus colegas de classe, obrigado por todos os bons momentos esta caminhada não seria a mesma sem vocês.

Ao professor Cleyton de Oliveira Ritta que, com muita paciência e atenção, dedicou do seu valioso tempo para me orientar em cada passo deste trabalho e aos demais professores pela contribuição na minha vida acadêmica e por tanta influência na minha futura vida profissional.

E finalmente, agradeço a Deus, por proporcionar estes agradecimentos à todos que tornaram minha vida mais afetuosa, além de ter me dado uma família maravilhosa e amigos sinceros. Em suma, agradeço a todos que de certa forma contribuíram para esta grande realização em minha vida, e que serei grato eternamente.

“Mas os que confiam no Senhor renovarão suas forças, subirão com asas como águias; correrão e não cansarão; caminharão e não se fadigarão.”

Isaias, 40.31

RESUMO

SOMBRIO, Robson de Mello. **Análise da situação econômica e financeira de uma empresa de embalagens plásticas**. 2009. 68 p. Orientador: Cleyton de Oliveira Ritta. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

No cenário econômico atual com a concorrência cada vez mais acirrada, as margens de lucro mais apertadas e os custos maiores, uma decisão equivocada pode fazer ruir qualquer organização. No âmbito financeiro há uma necessidade constante de análise de desempenho das empresas. Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é identificar a situação financeira de uma empresa do setor de embalagens plásticas. Este trabalho caracteriza-se como descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa por meio de estudo de caso em uma empresa de embalagens plásticas. Os resultados apontaram que: a) investimentos elevados em imobilizações de recursos; b) dependência de capitais de terceiros de curto prazo; c) indicadores de liquidez abaixo de 1,00; d) indicadores de endividamento elevados; e) margem líquida prejudicada pelas despesas financeiras significativas; e f) indicadores do Modelo Fleuriet relevam uso de recursos imediatos de curto prazo para financiar operações de curto prazo e longo prazo. Conclui-se que a companhia apresenta uma situação financeira fragilizada, pois possui uma alta dependência de capitais de terceiros e grande imobilização de recursos. Sugere-se que a empresa: revise seu processo produtivo maximizar a geração de lucro, procure empréstimos/financiamentos de longo prazo para custear as operações e realize a venda de bens imobilizados não destinado a uso próprio para a geração de caixa adicional.

Palavras-chave: Análise das Demonstrações Contábeis. Modelo Fleuriet. Análise Financeira.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Índice de Liquidez Imediata	30
Figura 02 - Índice de Liquidez Seca	31
Figura 03 - Índice de Liquidez Corrente	33
Figura 04 - Índice de Liquidez Geral	33
Figura 05 - Composição de Endividamento	34
Figura 06 - Participação de Capitais de Terceiros.....	34
Figura 07 - Endividamento Total	35
Figura 08 - Margem Bruta	36
Figura 09 - Margem Operacional	36
Figura 10 - Margem Líquida	37
Figura 11 - Rentabilidade do Ativo	38
Figura 12 - Rentabilidade do Patrimônio Líquido	38
Figura 13 - Necessidade de Capital de Giro.....	40
Figura 14 - Capital Circulante Líquido	41
Figura 15 - Saldo de Tesouraria.....	42
Figura 16 - Capital de Giro Próprio.....	43
Figura 17 - Longo Prazo.....	43
Figura 18 - Termômetro da Situação Financeira	44
Gráfico 01 – Liquidez Imediata.....	51
Gráfico 02 – Liquidez Corrente.....	51
Gráfico 03 – Liquidez Seca	52
Gráfico 04 – Liquidez Geral.....	52
Gráfico 05 – Composição de Endividamento	53
Gráfico 06 – Participação do Capital de Terceiros	53
Gráfico 07 – Endividamento Total	54
Gráfico 08 – Margem Bruta	55
Gráfico 09 – Margem Operacional	55
Gráfico 10 – Margem Líquida	56
Gráfico 11 – Rentabilidade do Ativo	57
Gráfico 12 – Rentabilidade do Patrimônio Líquido	57
Gráfico 13 – Necessidade de Capital de Giro	59

Gráfico 14 – Capital Circulante Líquido.....	59
Gráfico 15 – Saldo em Tesouraria.....	60
Gráfico 16 – Capital de Giro Próprio	60
Gráfico 17 – Longo Prazo.....	61
Gráfico 18 – Termômetro da Situação Financeira.....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Usuários das Demonstrações Contábeis	15
Quadro 02 – Demonstrações Contábeis a Serem Elaboradas Pelas PJ.....	17
Quadro 03 – Balanço Patrimonial.....	18
Quadro 04 – Estrutura do Balanço Patrimonial	19
Quadro 05 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	20
Quadro 06 – Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados	21
Quadro 07 – Composição da Demonstração do Resultado do Exercício.....	22
Quadro 08 – Demonstração de Fluxo de Caixa pelo Método Direto	24
Quadro 09 – Demonstração de Fluxo de Caixa pelo Método Indireto.....	25
Quadro 10 – Demonstração do Valor Adicionado	26
Quadro 11 – Subdivisões do Balanço Patrimonial	39
Quadro 12 – Balanço Patrimonial – Ativo.....	45
Quadro 13 – Balanço Patrimonial – Passivo	46
Quadro 14 – DRE.....	47
Quadro 15 – Análise Horizontal e Vertical do Ativo.....	48
Quadro 16 – Análise Horizontal e Vertical do Passivo	49
Quadro 17 – Análise Horizontal e Vertical da DRE	50
Quadro 18 – Reclassificação das Contas do Ativo.....	58
Quadro 19 – Reclassificação das Contas do Passivo	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BP	Balanço Patrimonial
CG	Capital de Giro
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
LI	Liquidez Imediata
LS	Liquidez Seca
MB	Margem Bruta
ML	Margem Líquida
MO	Margem Operacional
NCG	Necessidade de Capital de Giro
PL	Patrimônio Líquido
TSF	Termômetro da Situação Financeira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA E PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 CONTABILIDADE	15
2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	17
2.2.1 Balanço patrimonial	18
2.2.2 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	19
2.2.3 Demonstrações dos lucros e prejuízos acumulados	20
2.2.4 Demonstração do resultado do exercício	21
2.2.5 Demonstração dos fluxos de caixa	23
2.2.6 Demonstração do valor adicionado	26
2.2.7 Notas explicativas	27
2.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	28
2.3.1 Análise tradicional	28
2.3.1.1 Análise horizontal	28
2.3.1.2 Análise vertical	29
2.3.1.3 Índices de liquidez	30
2.3.1.3.1 <i>Liquidez imediata</i>	30
2.3.1.3.2 <i>Liquidez corrente</i>	31
2.3.1.3.3 <i>Liquidez seca</i>	31
2.3.1.3.4 <i>Liquidez geral</i>	32
2.3.1.4 Índices de endividamento.....	33
2.3.1.4.1 <i>Composição de endividamento</i>	33
2.3.1.4.2 <i>Participação do capital de terceiros</i>	34
2.3.1.4.3 <i>Endividamento total</i>	34
2.3.1.5 Índices de rentabilidade.....	35
2.3.1.5.1 <i>Margem bruta</i>	35
2.3.1.5.2 <i>Margem operacional</i>	36
2.3.1.5.3 <i>Margem líquida</i>	36

<i>2.3.1.5.4 Rentabilidade do ativo</i>	37
<i>2.3.1.5.5 Rentabilidade do patrimônio líquido</i>	38
2.3.2 Análise dinâmica financeira proposta por Fleuriet	38
2.3.2.1 Modelo dinâmico fleuriet.....	38
2.3.2.2 Indicadores do modelo dinâmico fleuriet	39
<i>2.3.2.2.1 Necessidade de capital de giro</i>	40
<i>2.3.2.2.2 Capital circulante líquido</i>	40
<i>2.3.2.2.3 Saldo da tesouraria</i>	41
<i>2.3.2.2.4 Capital de giro próprio</i>	42
<i>2.3.2.2.5 Longo prazo</i>	42
<i>2.3.2.2.6 Termômetro da situação financeira</i>	43
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	45
3.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS	45
3.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	47
3.2.1 Estrutura patrimonial da Empresa XYZ	47
3.2.2 Indicadores financeiros de liquidez e endividamento da Empresa XYZ ...	50
3.2.3 Indicadores de rentabilidade	54
3.2.4 Indicadores da análise dinâmica	58
4 CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta-se, inicialmente, o tema e o problema de pesquisa. Na sequência expõem-se os objetivos da pesquisa, bem como a justificativa do estudo. Por fim, tem a descrição da metodologia utilizada para atingir os objetivos propostos.

1.1 TEMA E PROBLEMA

O grande desafio das organizações é uma adequada gestão financeira dos negócios. Um dos instrumentos utilizados na gestão financeira é a contabilidade que fornece informações sobre a situação econômica, financeira e patrimonial das organizações.

Segundo Franco (1996), a contabilidade é uma ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fenômenos.

Por isso, a contabilidade é percebida com a linguagem dos negócios, uma vez que seu objetivo é oferecer informações gerenciais e necessárias para a tomada de decisão. Logo, é fundamental para o sucesso das organizações a utilização da contabilidade para compreender a situação financeira atual, realizar projeções futuras e, principalmente, que aplicar metodologias que permitam avaliar o desempenho organizacional.

Dentre os vários ramos da contabilidade, têm-se as técnicas de análise das demonstrações contábeis que, por meio de indicadores, servem para evidenciar a situação econômica, financeira e patrimonial. Para tanto, é preciso que as informações analisadas sejam fiéis, seguras e que reflitam a realidade das organizações. As informações contábeis fidedignas são importantes requisitos para a aplicação correta dos princípios e técnicas contábeis, além de garantir a confiabilidade das informações geradas aos usuários.

Para auxiliar a gestão financeira, as técnicas de análise das demonstrações contábeis são relevantes instrumentos para verificação do

desempenho empresarial, no que tange à situação de liquidez, endividamento, rentabilidade e estrutura patrimonial.

Diante o exposto, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: Qual é a situação econômica e financeira de uma empresa do setor de embalagens plásticas?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral deste estudo consiste em identificar a situação econômica e financeira de uma empresa do setor de embalagens plásticas.

Para atingir o objetivo geral têm-se os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar a estrutura patrimonial da companhia;
2. Calcular os indicadores financeiros de liquidez, endividamento, e rentabilidade; e
3. Calcular os indicadores da metodologia Fleuriet.

1.3 JUSTIFICATIVA

Para que se possa identificar a saúde financeira de uma empresa, e tomar decisões seguras quanto aos objetivos a seguir, é preciso analisar as informações de forma temporal e dinâmica. Quanto mais informações forem analisadas, mais segura será a decisão a ser tomada.

Braga (2006, p.137) salienta que

a análise das demonstrações contábeis tem por objetivo observar e confrontar os elementos patrimoniais e os resultados das operações, visando ao conhecimento minucioso de sua composição qualitativa e quantitativa, de modo a revelar fatores antecedentes e determinantes da situação atual, e, também, a servir de ponto de partida para delinear o comportamento futura da empresa.

Segundo Ludícibus (1998), a informação contábil influencia o processo decisório de seus usuários, afetando a alocação dos recursos e, em última análise, o funcionamento dos mercados.

Portanto, este estudo se justifica pela importância do tema, ao se identificar a situação econômica e financeira de uma das principais empresas da região sul do estado de Santa Catarina. Portanto, a aplicação das técnicas de análise contribui para o entendimento do tema pela evidenciação de um caso prático.

Do ponto de vista prático, a presente pesquisa contribui com a empresa investigada ao evidenciar informações sobre a situação econômica e financeira, bem como pontos fortes e fracos que contribuem para ações corretivas e melhorias no desempenho organizacional.

Por fim, a importância social do estudo é justificada, pelo fato de que uma situação financeira saudável garante a continuidade da empresa, gerando riqueza e desenvolvendo a região.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Na construção da pesquisa científica é necessário utilizar diretrizes metodológicas que norteiam a execução trabalho, que são: objetivos da pesquisa, abordagem do problema, natureza da pesquisa e procedimentos de coleta dos dados.

Quanto aos objetivos da pesquisa, o trabalho caracteriza-se como descritiva, pois descreve a situação econômica e financeira de uma empresa do setor de embalagens plásticas. De acordo com Martins (1994, p. 28), este tipo de pesquisa “tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis e fatos”.

Em relação à abordagem do problema, o trabalho configura-se como qualitativo e quantitativo, uma vez que se mensuram indicadores para compreensão e descrição da situação econômica e financeira da empresa investigada. Segundo Virgilito (2010), a pesquisa qualitativa tem como foco a identificação das opiniões dos indivíduos, sem a preocupação de transformar seus resultados em números, visando porém, entender as associações que os entrevistados fazem entre suas ideias e os aspectos relacionados aos conceitos que se pretende estudar. Para Collis e Hussey (2005), a pesquisa quantitativa é focada na mensuração de fenômenos, envolvendo a coleta e análise de dados numéricos e aplicação de testes estatísticos.

No que concerne à natureza do trabalho, a pesquisa é um estudo de caso em uma empresa de embalagens plásticas localizada na região sul do estado de Santa Catarina. Segundo Gil (2002) a pesquisa do tipo estudo de caso, envolve o estudo profundo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

Quanto ao instrumento de coleta de dados, empregou-se a técnica de análise documental das demonstrações financeiras da empresa investigada. Para

Marconi e Lakatos (2002, p. 62), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.”

Com a utilização de tais diretrizes metodológicas, realiza-se a análise da situação econômica financeira de uma empresa, no intuito de contribuir com o entendimento das técnicas e a gestão dos negócios.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresenta-se a fundamentação teórica com a descrição do papel da contabilidade, das características das demonstrações contábeis e das técnicas de análise da situação econômica e financeira.

2.1 CONTABILIDADE

A contabilidade sempre esteve presente na história da humanidade, pois desde o início houve a necessidade do homem controlar seu patrimônio.

Sá (1997, p.15) destaca que “a contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizaram os da própria evolução do ser humano”.

Santos et al. (2007, p.39) definem a contabilidade como

[..] uma ciência factual social. A natureza social traduz-se na preocupação da compreensão da maneira com que os indivíduos ligados à área contábil criam, modificam e interpretam os fenômenos contábeis, sobre os quais informam seus usuários; representa a realidade que deve ser observada por este ramo do conhecimento humano.

Blatt (2001, p.17) corrobora a esta definição e complementa que, “a contabilidade é o processo de identificar, medir e comunicar informações econômica e financeira para permitir julgamentos e decisões adequados pelos usuários da informação”.

A contabilidade é uma importante fonte de informação e os usuários destes dados gerados estão interessados em avaliar o desempenho organizacional.

O Quadro 01 apresenta os usuários da contabilidade.

Investidores	Os provedores de capital de risco e seus analistas que se preocupam com o risco inerente ao investimento e o retorno que ele produz. Eles necessitam de informações para ajuda-los a decidir se devem comprar, manter, ou vender investimento.
Empregados	Os empregados e seus representantes estão interessados em informações sobre a estabilidade e a lucratividade de seus empregadores.
Credores por empréstimos	Estes estão interessados em informações que lhes permitam determinar a capacidade da entidade em pagar seus empréstimos e os correspondentes juros no vencimento.
Fornecedores e outros credores	Os fornecedores e outros credores estão interessados em informações que lhes permitam avaliar se as importâncias que lhes são devidas serão pagas

	nos respectivos vencimentos.
Clientes	Os clientes têm interesse em informações sobre a continuidade da entidade.
Governo e suas agências	Os governos e suas agências estão interessados na destinação de recursos e, portanto, nas atividades da entidade.
Público	As demonstrações contábeis podem ajudar o público fornecendo informações sobre a evolução do desempenho da entidade e os desenvolvimentos recentes.

Quadro 01: Usuários das Demonstrações Contábeis

Fonte: Adaptado Ludícibus et al. (1998, p. 35).

A Deliberação n. 29/1986, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observa a seguinte relação entre a contabilidade com a informação e seus usuários: “a contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização”.

Contudo, essas informações contábeis somente terão validade para seus usuários e se possuírem algumas características qualitativas. Neste sentido Marion (2009, p. 33) cita quatro características que a informação contábil deve ter:

Compreensibilidade - as informações apresentadas nos relatórios contábeis devem ser prontamente entendidas pelos usuários. Todavia, informações relevantes (característica explicada a seguir), ainda que complexas, deverão ser incluídas nos relatórios contábeis. O relatório contábil deverá ser acessível a leigos.

Relevância - para serem úteis, as informações devem ser relevantes às necessidades dos usuários na tomada de decisões. As informações são relevantes quando podem influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes e futuros ou confirmando ou corrigindo suas avaliações anteriores.

Confiabilidade - para ser útil, a informação deve ser confiável, ou seja, deve estar livre de erros ou de vieses relevantes e representar adequadamente aquilo que propõe representar. Para ser confiável, alguns aspectos devem ser considerados: primazia da essência sobre a forma, neutralidade, prudência e integridade.

Comparabilidade - os usuários devem poder comparar os relatórios contábeis de uma entidade ao longo do tempo, nos períodos sucessivos. Os critérios não devem ser mudados sem que os usuários sejam avisados.

Em suma, essas características são necessárias para tornar a informação contábil útil ao usuário, e conseqüentemente, proporcionar decisões gerenciais mais rápidas, adequadas e baseadas em dados confiáveis, relevantes e de fácil interpretação.

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são regulamentadas pela Lei n. 6.404/76, alterada Lei nº 11.638/07 que teve por objetivo uniformizar as normas contábeis brasileiras de contabilização às normas internacionais de contabilidade.

“As demonstrações contábeis, também chamadas de demonstrações financeiras ou relatórios contábeis, são resumos emitidos por um sistema contábil, levando em consideração um conjunto de regras”. (ARAÚJO; ASSAF, 2004, p. 29).

De maneira mais abrangente o Pronunciamento Técnico n. 26, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) enfatiza que:

as demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informações acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente de recursos que lhe foram confiados. (CPC, 2012, p.1).

O Quadro 02 apresenta as demonstrações contábeis que as Pessoas Jurídicas (PJ) devem elaborar.

Demonstração Contábil	S/A Capital Aberto	S/A Capital Fechado	Sociedades de Grande e Médio Porte	Sociedade de Pequeno Porte
Balanco Patrimonial	SIM	SIM	SIM	SIM
Demonstração de Resultados	SIM	SIM	SIM	SIM
Demonstrações de Lucros ou Prejuízos	NÃO	SIM	SIM	NÃO
Demonstração da Mutações do PL	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Demonstração do Fluxo de Caixa	SIM	SIM, se PL for superior a 2 mi.	SIM	NÃO
Demonstração do Valor Adicionado	SIM	NÃO	NÃO	NÃO

Quadro 02: Demonstrações Contábeis a Serem Elaboradas pelas PJ

Fonte: Adaptado Brasil, (2012, p. 1).

As demonstrações contábeis são importantes fontes de informação tanto para a contabilidade gerencial quanto para a contabilidade financeira. Para Atkinson et al. (2000, p. 37),

a contabilidade gerencial deve fornecer informações econômicas para a clientela interna: operadores/funcionários, gerentes intermediários e executivos seniores. [...] a contabilidade financeira lida com a elaboração e a comunicação de informações econômicas de uma empresa dirigida a públicos externos: acionistas, credores, (bancos, financeiras e

fornecedores), entidades reguladoras, e autoridades governamentais tributárias.

Percebe-se que as demonstrações contábeis são consideradas o principal produto da contabilidade, pois é nelas que seus usuários evidenciam a real situação patrimonial, econômica e financeira das empresas.

A seguir, descrevem-se as características das demonstrações contábeis.

2.2.1 Balanço patrimonial

O Balanço Patrimonial (BP) evidencia a situação patrimonial e financeira da empresa em um determinado período de tempo. Ele mostra uma posição momentânea de valores de ativos, passivos e patrimônio líquido.

O Quadro 03 evidencia a composição do Balanço Patrimonial.

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO Bens e Direitos	PASSIVO Obrigações
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital inicial e alterações

Quadro 03: Balanço Patrimonial

Fonte: Araújo; Assaf, (2004, p. 29).

Assaf Neto (2007, p. 67) enfatiza que,

o balanço apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa em dado momento. A informação que esse demonstrativo fornece é totalmente estática, e muito provavelmente sua estrutura se apresentará relativamente diferente a algum tempo após seu encerramento. No entanto, pelas relevantes informações de tendências que podem ser extraídas de seus diversos grupos de contas, o balanço servirá como elemento de partida indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa.

Para Blatt (2001, p. 8), “o balanço patrimonial é o saldo acumulado, em uma determinada data, das movimentações econômicas e financeiras havidas em uma empresa, desde sua constituição”.

O Quadro 04 demonstra a estrutura do Balanço Patrimonial.

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Não Circulante	Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	Patrimônio Líquido
Investimentos	Capital Social
Imobilizado	Reservas de Capital
Intangível	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Reservas de Lucros
	Ações em Tesouraria
	Prejuízos Acumulados

Quadro 04: Estrutura do Balanço Patrimonial

Fonte: Adaptado Iudícibus et al (2010, p. 3).

Para Araújo e Assaf (2004, p. 31),

o balanço patrimonial é uma demonstração fundamental para a entidade e indispensável para todos os usuários da contabilidade. Através do balanço, o usuário pode conhecer a liquidez das empresas, seus principais investimentos, endividamento, a segurança medida pela participação do capital próprio no negócio e outros indicadores.

O Balanço Patrimonial é uma demonstração essencial para a tomada de decisão, pois é por meio dele que se percebe a situação patrimonial e a saúde financeira da entidade em um determinado período.

2.2.2 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) mostra a movimentação das contas do Patrimônio Líquido em determinado período.

Para Matarazzo (2008, p. 46),

a demonstração das mutações do patrimônio líquido apresenta as variações de todas as contas do patrimônio líquido ocorridas entre dois balanços, independentemente da origem da variação, seja ela proveniente da correção monetária, de aumento de capital, de reavaliação de elementos do ativo, de lucro ou de simples transferências entre contas, dentro do próprio Patrimônio Líquido.

Assaf Neto (2007, p.101) destaca que “a demonstração das mutações patrimoniais abrange todas as contas do patrimônio líquido, identificando os fluxos ocorridos entre uma conta e outra e as variações verificadas no exercício.”

O Quadro 05 apresenta a estrutura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

	Capital Realizado	Reservas de Capital			Reservas de Lucro		Lucros Acumulados	Total
		Correção Monetária de Capital	Ágio na Emissão de Ações	Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldos em 31-12-X0								
Correção Monetária								
Aumentos de Capital								
com Lucros e Reservas								
por Subscrições Realizadas								
Lucro Líquido do Exercício								
Destinação do Lucro Líquido								
Reserva Legal								
Reserva Estatutária								
Dividendos								
Saldos em 31-12-X1								

Quadro 05: Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Fonte: Matarazzo (2008, p. 47).

A DMPL serve para analisar como a empresa está realizando seus ajustes de exercícios anteriores, quais as transferências entre contas foram realizadas e como este está sendo destinado o resultado do exercício social.

2.2.3 Demonstrações dos lucros e prejuízos acumulados

A Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA) aponta os aumentos e diminuições de uma única conta do BP, a conta dos lucros ou prejuízos acumulados.

Segundo Assaf Neto (2007, p. 97),

a demonstração de lucros e prejuízos acumulados retrata as movimentações ocorridas na conta de lucros e acumulados do patrimônio líquido, fornecendo explicações sobre seu comportamento ao longo do exercício social.

Para Reis (2003, p. 81), “a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados visa apresentar os elementos que provocaram modificações, para mais ou para menos, no saldo da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados”.

O Quadro 06 evidencia a estrutura da Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados.

Saldo no Início do Período
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores
(=) Saldo Ajustado
(=) Reversões de Reservas:
Reserva de Contingências
Reserva de lucros a realizar
Reserva de reavaliação
(-) Tributos sobre a reserva de reavaliação
(-) Participações sobre a reserva de reavaliação
(+) Lucro Líquido do exercício (ou prejuízo)
(=) Saldo à Disposição da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária
(-) Destinações:
Reserva legal
Dividendo preferencial
Reservas de lucros a realizar
Reserva de contingências
Dividendo ordinário
Reserva estatutária
Reserva de retenção de lucros
(=) Saldo Final do Período
Dividendo por ação
Ação preferencial
Ação ordinária

Quadro 06: Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

Fonte: Santos et al (2006 p. 70).

A DLPA tem como finalidade apresentar as alterações ocorridas no saldo da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados do Patrimônio Líquido.

2.2.4 Demonstração do resultado do exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício apresenta de forma ordenada e dedutiva o confronto entre as receitas, custos e despesas que ocorreram em determinado período.

Para Santos et al. (2006, p. 48), “a demonstração do resultado do exercício destina-se a evidenciar a formação do resultado do exercício, mediante confronto das receitas e ganhos com as despesas incorridas no exercício”.

Assaf Neto (2007, p. 84) enfatiza que,

a demonstração do resultado do exercício visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucros ou prejuízos) auferidos pela empresa, em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do Patrimônio Líquido. O lucro (ou prejuízo) é resultante de receitas, custos, e despesas incorridos pela empresa no período e apropriados segundo o regime de competência, ou seja, independentemente de que tenham sido esses valores pagos ou recebidos.

O Quadro 07 evidencia a estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
<u>Receita Bruta de Vendas e Serviços</u>
(-) Deduções das vendas
(-) Abatimentos
(-) Impostos s/ Vendas
<u>= Receita Líquida de Vendas e Serviços</u>
(-) Custos das vendas e Serviços
<u>= Lucro Bruto</u>
(-) Despesas Com Vendas
(-) Despesas Financeiras
(-) Despesas Gerais e Administrativas
(-) Outras Despesas Operacionais
<u>= Lucro ou Prejuízo Operacional</u>
(+) Outras Receitas
(-) Outras Despesas
<u>= Resultado Operacional Antes do IRPJ e CSLL</u>
(-) Provisão para IRPJ e CSLL
<u>= Lucro Líquido Antes das Participações</u>
(-) Debêntures
(-) Participação Empregados
(-) Administradores e Partes Beneficiárias
(-) Contribuições para Instituições
(-) Fundos Assistência
(-) Previdência empregados
<u>= Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício</u>
<u>= Montante por Ação</u>

Quadro 07: Composição da Demonstração do Resultado do Exercício

Fonte: Lei n. 6.404/1976, Lei n. 11.638/2007 e Lei n. 11.941/2009

Blatt (2001, p. 25) observa que “a DRE demonstra o desempenho econômico de uma empresa em determinado período, ou seja, é um resumo ordenado de receitas e despesas, não envolvendo necessariamente entrada ou saída de numerário”.

A DRE indica a eficiência global do empreendimento e permite que se analisem os resultados e o retorno resultante dos investimentos realizados. É uma demonstração mais dinâmica do que o Balanço Patrimonial. (ARAÚJO, ASSAF, 2004).

2.2.5 Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi instituída em substituição à Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e passou a ser obrigatória recentemente, atendendo as novas normas contábeis.

A (DFC) relaciona as entradas e saídas de recursos financeiros. É uma demonstração de caráter financeiro pois, demonstra a entrada de saída de caixa em determinado período.

Dentre os benefícios da análise da DFC, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio CPC n. 3, menciona que,

[...] quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, proporciona informações que habilitam os usuários a avaliar as mudanças nos ativos líquidos de uma entidade, sua estrutura financeira (inclusive sua liquidez e solvência) e sua capacidade para alterar os valores e prazos dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades. As informações sobre os fluxos de caixa são úteis para avaliar a capacidade de a entidade gerar recursos de caixa e possibilitam aos usuários desenvolver modelos para avaliar e comparar o valor presente de futuros fluxos de caixa de diferentes entidades. (CPC n. 3, 2012, p. 3).

A DFC pode ser elaborada de duas formas: pelo método direto ou pelo método indireto. Padoveze e Benedicto (2004, p. 49), apresentam características de ambos os métodos:

O método indireto, que evidencia a movimentação do saldo de caixa no período, partindo da geração de caixa por meio da demonstração de resultados e das variações dos elementos patrimoniais do balanço que geram ou necessitam de caixa. O método direto, que evidencia a movimentação do saldo de caixa do período, coletando as informações

específicas das entradas e saídas de numerário constante das contas de disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras).

A elaboração da DFC pelo método direto, apesar de ser mais trabalhoso é, também, de mais fácil entendimento para os usuários não contadores.

O Quadro 08 exibe a estrutura da Demonstração de Fluxo de Caixa pelo método direto.

Fluxos de caixa das atividades operacionais
(+) Recebimentos de clientes
(-) Pagamentos a fornecedores e empregados
(=) Caixa gerado pelas operações
(-) Juros pagos
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos
(-) Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos
(=) <i>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</i>
Fluxos de caixa das atividades de investimento
(-) Aquisição da controlada X, líquido do caixa obtido na aquisição
(-) Compra de ativo imobilizado (Nota B)
(+) Recebimento pela venda de equipamento
(+) Juros recebidos
(+) Dividendos recebidos
(=) <i>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</i>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento
(+) Recebimento pela emissão de ações
(+) Recebimento por empréstimo a longo prazo
(-) Pagamento de passivo por arrendamento
(-) Dividendos pagos ^(a)
(=) <i>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</i>
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa
(+) Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota C)
(=) Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota C)

Quadro 08: Demonstração de Fluxo de Caixa pelo Método Direto

Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis n.3, (2012, p. 20).

A elaboração da DFC é considerada mais fácil pelo método indireto. Ao passo que permite ao usuário conferir os dados apresentados com as demais demonstrações contábeis, gerando, assim, maior credibilidade à demonstração.

O Quadro 09 exibe a estrutura da Demonstração de Fluxo de Caixa pelo método indireto.

<p>Fluxos de caixa das atividades operacionais</p> <p>(=) Lucro líquido antes do IR e CSLL</p> <p> Ajustes por:</p> <p>(+) Depreciação</p> <p>(+) Perda cambial</p> <p>(-) Resultado de equivalência patrimonial</p> <p>(+) Despesas de juros</p> <p>(-) Aumento nas contas a receber de clientes e outros</p> <p>(+) Diminuição nos estoques</p> <p>(-) Diminuição nas contas a pagar – fornecedores</p> <p>(=) Caixa gerado pelas operações</p> <p>(-) Juros pagos</p> <p>(-) Imposto de renda e contribuição social pagos</p> <p>(-) Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos</p> <p>(=) <i>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</i></p> <p>Fluxos de caixa das atividades de investimento</p> <p>(-) Aquisição da controlada X, líquido do caixa obtido na aquisição (Nota A)</p> <p>(-) Compra de ativo imobilizado (Nota B)</p> <p>(+) Recebimento pela venda de equipamento</p> <p>(+) Juros recebidos</p> <p>(+) Dividendos recebidos</p> <p>(=) <i>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</i></p> <p>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</p> <p>(+) Recebimento pela emissão de ações</p> <p>(+) Recebimento por empréstimos a longo prazo</p> <p>(-) Pagamento de passivo por arrendamento</p> <p>(-) Dividendos pagos ^(a)</p> <p>(=) <i>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</i></p> <p>(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</p> <p>(+) Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota C)</p> <p>(=) Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota C)</p>

Quadro 09: Demonstração de Fluxo de Caixa pelo Método Indireto

Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis n. 3, (2010, p. 23).

Independente do método escolhido pela entidade, o fluxo de caixa consiste numa importante ferramenta para avaliar a movimentação do dinheiro em determinado período. A DFC é uma ferramenta que serve para verificar se há

excesso ou falta de recursos e como está a geração e distribuição de caixa nas organizações.

2.2.6 Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) exibe o valor da riqueza gerada pela organização e como essa riqueza foi distribuída aos agentes envolvidos nas transações das empresas.

O Quadro 10 apresenta a estrutura da DVA.

1 – RECEITAS
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços
1.2) Outras receitas
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos
2.4) Outras (especificar)
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)
4 – DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA
6.1) Resultado de equivalência patrimonial
6.2) Receitas financeiras
6.3) Outras
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)
8.1) Pessoal
8.1.1 – Remuneração direta
8.1.2 – Benefícios
8.1.3 – F.G.T.S
8.2) Impostos, taxas e contribuições
8.2.1 – Federais
8.2.2 – Estaduais
8.2.3 – Municipais
8.3) Remuneração de capitais de terceiros
8.3.1 – Juros
8.3.2 – Aluguéis
8.3.3 – Outras
8.4) Remuneração de capitais próprios
8.4.1 – Juros sobre o capital próprio
8.4.2 – Dividendos
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício
consolidação)
(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

Quadro 10: Demonstração do Valor Adicionado

Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis n. 9, (2012, p.16).

Segundo Ludícibus et al. (2001, p.),

A DVA tem como objetivo demonstrar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades de da empresa como resultante de um esforço coletivo e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a sua criação. Desse modo, a DVA acaba por prestar informações a todos os agentes econômicos interessados na empresa, tais como empregados, financiadores e governo.

Para Azevedo (2008, p.119), “a demonstração do valor adicionado é a demonstração contábil destinada a evidenciar de forma concisa, os dados e as informações do valor da riqueza gerada pela entidade em determinado período e sua distribuição”.

A DVA evidencia a riqueza criada pela entidade e posteriormente aponta o quanto dessa riqueza foi distribuída aos os empregados, do governo, dos credores e acionistas.

2.2.7 Notas explicativas

As Notas Explicativas (NE) integram as demonstrações contábeis e trazem informações que as complementam.

Segundo Ludícibus et al. (2010, p. 6), “as demonstrações contábeis devem ser completadas por notas explicativas, quadros analíticos, ou outras demonstrações contábeis necessárias à plena avaliação da situação patrimonial da empresa”.

Araújo e Assaf (2004, p. 39) expõem que as notas explicativas

explicitam, entre outras informações, o sumário das práticas contábeis, tratamento dos efeitos inflacionários, detalhamento das participações relevantes em outras empresas, reavaliações, explicações sobre agrupamento de contas etc., razões estas que levam o analista a uma prévia e atenta leitura antes de qualquer análise financeira, dada a relevância de informações nela descritas.

Braga (2006, p. 76) enfatiza que as notas explicativas “têm como objetivo dar maior transparência às informações contidas nas demonstrações contábeis, de modo que possibilitem perfeito entendimento por parte das pessoas interessadas”.

As notas explicativas complementam as informações geradas pelas demonstrações contábeis e orientam na leitura dos relatórios e facilitam o entendimento e análise do conjunto de demonstrações contábeis.

2.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise das demonstrações contábeis é utilizada como forma de verificar a situação econômica e financeira da empresa.

Segundo Blatt (2001, p.1), “a análise das demonstrações financeiras ou análise econômico-financeira dos demonstrativos contábeis visa determinar a involução ou a evolução das situações financeira e econômica de uma entidade”.

Para Braga (2006, p. 137),

a análise das demonstrações contábeis tem por objetivo observar e confrontar os elementos patrimoniais e os resultados das operações, visando ao conhecimento minucioso de sua composição qualitativa e quantitativa, de modo a revelar fatores antecedentes e determinantes da situação atual, e, também, a servir de ponto de partida para delinear o comportamento futura da empresa.

Reis (2003, p.108) ressalta que a análise das demonstrações contábeis “consiste na comparação de valores isolados ou de grupos de valores constantes dos demonstrativos contábeis, com a finalidade de obter informações sobre a situação econômico-financeira da empresa”.

Portanto, a análise das demonstrações contábeis é um instrumento importante para que os gestores das entidades averiguem a situação financeira da organização. Ela pode ser feita pela abordagem tradicional ou dinâmica. Tais abordagens são explanadas a seguir.

2.3.1 Análise tradicional

Na análise tradicional são calculados as técnicas de análise horizontal, análise vertical e indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade.

2.3.1.1 Análise horizontal

A Análise Horizontal (AH) compara os valores entre exercícios sociais seguidos. Para aplicação desta técnica são necessárias no mínimo duas demonstrações contábeis.

“A análise horizontal é a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais. É basicamente um processo de análise temporal, desenvolvido por meio de números-índices”. (ASSAF NETO, 2007, p.115).

Iudícibus (2008, p. 80) afirma que “a análise horizontal tem como finalidade principal apontar o crescimento de itens dos Balanços e das Demonstrações de Resultado, através dos períodos, a fim de caracterizar tendências”.

Santos et al. (2006, p.110) ressaltam que,

A análise horizontal das demonstrações contábeis evidencia a variação ocorrida a cada período, em termos percentuais, de uma rubrica de determinada demonstração em relação a determinado ano, permitindo ao analista identificar a evolução no tempo de determinado item que compõe a demonstração contábil em análise.

A análise horizontal demonstra o crescimento ou diminuição das contas patrimoniais e de resultado ao longo do tempo, medindo a evolução ou involução das contas e grupo de contas, permitindo uma ideia de tendência futura.

2.3.1.2 Análise vertical

A Análise Vertical (AV) aponta o quanto uma determinada conta participa no total de grupo de contas ou em relação outra conta.

Assaf Neto (2007, p. 123) afirma que “a análise vertical é um processo comparativo, expresso em porcentagem, que se aplica ao se relacionar uma conta ou um grupo de contas com um valor afim ou relacionável, identificado no mesmo demonstrativo”.

De acordo com Santos et al. (2006, p.108),

a análise vertical das demonstrações contábeis evidencia a participação em termos percentuais de cada rubrica de determinada demonstração em relação a um totalizador, a exemplo do total do ativo, receita líquida, total das origens de recursos, etc., permitindo ao analista identificar os itens mais significativos na composição de cada demonstração contábil, bem como a análise de sua tendência futura com base na comparação de vários períodos.

Santos et al. (2005, p. 125), ainda observam que “a análise vertical caracteriza-se por atribuir a um valor de referência das demonstrações financeiras a

grandeza máxima de análise. Essa grandeza, normalmente, é expressa pelo percentual de 100%”.

A análise vertical mostra em percentual a participação de uma conta em relação à outra conta como por exemplo, o total do ativo, passivo, receita líquida, etc. Esta técnica mostra a importância relativa de cada conta na demonstração analisada, permitindo uma comparação com anos anteriores para se verificar se há proporções fora dos padrões usuais de operação.

2.3.1.3 Índices de liquidez

Os índices de liquidez traduzem a situação financeira de uma organização. Têm-se os seguintes índices de liquidez: imediata, seca, corrente e geral.

2.3.1.3.1 Liquidez imediata

O índice de Liquidez Imediata (LI) representa o quanto à empresa possui de disponibilidade para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo.

Segundo Assaf Net (2007, p. 190),

o quociente demonstra a porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem salgadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante. Essencialmente, a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do disponível e valores a receber.

Padoveze e Benedicto. (2004, p. 136) afirmam que o índice de liquidez imediata “trabalha com os elementos patrimoniais do ativo circulante que podem ser disponibilizados imediatamente, ou quase imediatamente, para pagamentos de contas e que são agrupados sob o nome de disponibilidades”.

A Figura 01 mostra a fórmula da Liquidez Imediata.

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Figura 01: Índice de Liquidez Imediata

Fonte: Santos et al. (2005, p. 169)

Para fins de análise tem-se: quanto maior for o índice, melhor a situação financeira da empresa.

2.3.1.3.2 Liquidez corrente

O índice de Liquidez Corrente (LC) indica o quanto à empresa possui de ativo circulante, para cada R\$ 1,00 de passivo circulante.

Assaf Netto (2007, p.190) afirma que “a liquidez corrente indica o quanto existe de ativo circulante para cada real de dívida a curto prazo. Quanto maior a liquidez corrente, mais alta se apresenta a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro.”

A Figura 02 apresenta fórmula da Liquidez Corrente.

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Figura 02: Índice de Liquidez Corrente

Fonte: Santos et al. (2005, p.169)

Para Reis (2003, p.175)

o índice de liquidez corrente permite verificar a capacidade de pagamento a curto prazo, ou seja, quanto a empresa tem de valores disponíveis e realizáveis dentro de um ano, para garantir o pagamento de suas dívidas vencíveis no mês período.

Para fins de análise tem-se: quanto maior for o índice, melhor a situação financeira da empresa. Portanto, quando a LC for maior que 1, a empresa tem folga no disponível para uma possível liquidação das obrigações. Se for igual a 1, os valores dos direitos e obrigações a curto prazo são equivalentes. Se for menor que 1, não haveria disponibilidade suficientes para quitar as obrigações a curto prazo, caso fosse preciso.

2.3.1.3.3 Liquidez seca

O índice de Liquidez Seca (LS) evidencia o representa o quanto à empresa possui de ativos circulantes, sem considerar os estoques, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo.

Blatt (2001, p. 79) assevera que “a remoção dos estoques do ativo circulante fornece uma medida mais refinada da liquidez da empresa, na qual os

estoques são, frequentemente, entre os ativos circulantes da empresa, o item menos líquido”.

Assaf Netto (2007, p. 190) relata que o índice de liquidez seca “demonstra a porcentagem das dívidas em curto prazo em condições de serem salgadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante”.

A Figura 03 mostra a fórmula da Liquidez Seca.

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Figura 03: Índice de Liquidez Seca

Fonte: Santos et al. (2005, p. 169)

Iudícibus (2008, p. 93) avalia que “esta é uma variante muito adequada para avaliar conservadoramente a situação de liquidez da empresa. Eliminando os estoques do numerador, estamos eliminando uma fonte de incerteza”.

Braga (2006, p.159) ressalta que

Como os estoques dependem de diversos fatores para a sua realização, os quais estão sujeitos a imprevistos, alguns analistas eliminam os estoques do Ativo Circulante, a fim de verificar as possibilidades da empresa no atendimento de suas dívidas a curto prazo, sem contar com seus estoques.

Para fim de análise tem-se: quanto maior for o índice, melhor a situação financeira da empresa.

2.3.1.3.4 Liquidez geral

O índice de Liquidez Geral (LG) evidencia o quanto a empresa possui de ativo circulante e de ativo realizável a longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívida com terceiros de curto e longo prazo.

Assaf Netto (2007, p. 191) afirma que “esse indicador revela a liquidez, tanto a curto como a longo prazo. De cada real que a empresa tem de dívida, o quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo”.

Para Blatt (2001, p.74),

O índice de liquidez geral mostra a solidez do embasamento financeiros da empresa a Longo Prazo, considerando tudo o que a empresa converterá em dinheiro(a Curto e Longo Prazos), e relacionando com tudo o que a empresa já assumiu com dívida (a curto e longo prazo).

A Figura 04 exibe a fórmula da Liquidez Geral.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Figura 04: Índice de Liquidez Geral

Fonte: Santos et al. (2005, p.169)

Braga (2006, p.156) ressalta que “este quociente indica a capacidade financeira da empresa para solver todos os compromissos para com seus credores de curto e longo prazo. Nessas condições, admite-se, em princípio, que tal índice não poderá ser inferior a 1,00”.

Para fins de análise tem-se: quanto maior for o índice, melhor a situação financeira da empresa.

2.3.1.4 Índices de endividamento

Para administrar o capital de giro da entidade é imprescindível que o gestor preste atenção ao endividamento de curto e de longo prazo, pois hoje a empresa pode estar em boa situação financeira, mas futuramente caso tenha empréstimos de longo prazo sua situação financeira poderá estar comprometida.

De fato, os índices de endividamento indicam a composição das dívidas e se os recursos utilizados foram oriundos de terceiros ou próprios para financiar as operações. Têm-se os seguintes índices de endividamento: composição de endividamento, participação de capital de terceiros e endividamento total.

2.3.1.4.1 Composição de endividamento

O índice de Composição de Endividamento (CE) evidencia a relação entre as dívidas do passivo circulante e dívidas totais do passivo exigível (Passivo Circulante e Passivo Não Circulante).

Esse índice revela o quanto a empresa possui de dívidas de curto prazo em relação a cada R\$ 1,00 de dívida total.

Ribeiro (2002, p.135) observa que “esse quociente revela qual a proporção existente entre as obrigações de curto prazo e as obrigações totais, isto é, quanto a

empresa terá de pagar a curto prazo para cada real do total das obrigações existentes.”

A Figura 05 demonstrada a fórmula da Composição de Endividamento.

$$\text{Composição de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total}}$$

Figura 05: Composição de Endividamento

Fonte: Ribeiro (2002, p. 135).

Para fins de análise tem-se: quanto menor for o índice, melhor a situação financeira da entidade.

2.3.1.4.2 Participação do capital de terceiros

O índice de Participação de Capital de Terceiros (PCT) exhibe a relação entre o passivo exigível total e o capital próprio (Patrimônio Líquido).

Esse índice revela o quanto à empresa possui de dívidas com terceiros para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido.

Ribeiro (2002, p. 134) observa que “esse quociente revela qual a proporção existente entre capital de terceiros e capital próprio, isto é, quanto à empresa utiliza de capital de terceiros para cada real de capital próprio”.

A Figura 06 demonstra a fórmula da Participação de Capital de Terceiros.

$$\text{Participação de Capitais de Terceiros} = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Figura 06: Participação de Capitais de Terceiros

Fonte: Ribeiro (2002, p.134)

Para fins de análise tem-se: quanto menor for o índice, melhor a situação financeira da empresa.

2.3.1.4.3 Endividamento total

O índice de Endividamento Total (ET) é a relação entre o passivo exigível e o total do ativo. Esse índice aponta o quanto à empresa possui de dívidas com terceiros para cada R\$ 1,00 de ativo total.

Blatt (2001, p.68) menciona que “este coeficiente representa o percentual do Ativo que é financiado por capitais de terceiros. Quando menor esse percentual, menor será a dependência de recursos de terceiros”.

A figura 07 demonstra a fórmula do Endividamento Total.

$$\text{Endividamento Total} = \frac{\text{Passivo Exigível (Capitais de Terceiros)}}{\text{Ativo Total}}$$

Figura 07: Endividamento Total

Fonte: Adaptado Neves e Viceconti (2007, p. 460)

Neves e Viceconti (2007, p. 460) observam que,

este índice procura identificar a proporção do ativo total financiada pelos recursos provenientes de terceiros.[...]Se o grau de endividamento fosse igual a um, a empresa estaria operando em estado de pré-insolvência(situação nula); maior que um, a empresa seria insolvente, ou seja estaria em estado de passivo a descoberto.

Para fins de análise tem-se: quanto menor for o índice, melhor a situação financeira da empresa.

2.3.1.5 Índices de rentabilidade

Os índices de rentabilidade identificam a situação econômica da empresa em relação às receitas geradas ou o capital investido.

No que tange os índices de rentabilidade Assaf Neto (2008, p. 228), expõem que “esses indicadores têm por objetivo avaliar os resultados auferidos por uma empresa em relação a determinados parâmetros que melhor revelam suas dimensões”.

Têm-se os seguintes índices de rentabilidade: margem bruta, margem operacional, margem líquida, rentabilidade do ativo e rentabilidade do patrimônio líquido.

2.3.1.5.1 Margem bruta

O indicador Margem Bruta (MB) é a razão entre o Lucro Bruto e a Receita Líquida de Venda. Ele demonstra a geração de lucro bruto após o reconhecimento dos impostos e custos da operação.

Para Blatt (2011, p. 83), “uma margem bruta maior indica um baixo custo de vendas. Este coeficiente testa a eficiência da empresa em usar suas despesas para produzir e distribuir seus produtos, mercadorias e serviços”.

A Figura 08 demonstra a fórmula da Margem Bruta.

$$\text{Margem Bruta} = \frac{\text{Resultado Bruto (Lucro Bruto)}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$$

Figura 08: Margem Bruta

Fonte: Adaptado Blatt (2001, p. 83).

Para fins de análise tem-se: quanto maior for o indicador, melhor a situação econômica da empresa.

2.3.1.5.2 Margem operacional

O indicador de Margem Operacional (MO) é a razão entre o Lucro Operacional e a Receita Líquida de Vendas. Ele evidencia a geração de lucro operacional após o reconhecimento dos impostos sobre vendas, custos, despesas operacionais.

Segundo Perez Júnior e Begalli (2009, p. 264) a margem operacional é “semelhante à margem bruta, mas indica o percentual de lucratividade sobre as vendas líquidas, após a apropriação das despesas operacionais”.

A Figura 09 exibe a fórmula da Margem Operacional.

$$\text{Margem Operacional} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$$

Figura 09: Margem Operacional

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 264).

Para fins de análise tem-se: quanto maior for o indicador, melhor a situação econômica da empresa.

2.3.1.5.3 Margem líquida

O indicador de Margem Líquida (ML) é a razão entre o Lucro Líquido e as Receita Líquida de Vendas. Ele evidencia a geração de lucro líquido após o

reconhecimento dos impostos sobre vendas, custos, despesas operacionais e impostos sobre o lucro.

Ribeiro (2002, p.147) afirma que “o quociente revela a margem de lucratividade obtida pela empresa em função do seu faturamento, isto é, quanto a empresa obteve de lucro líquido para cada real vendido.”

A Figura 10 demonstra a fórmula da Margem Líquida.

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$$

Figura 10: Margem Líquida

Fonte: Ribeiro (2002, p. 147)

Para fins de análise tem-se: quanto maior for o indicador, melhor a situação econômica da empresa.

2.3.1.5.4 Rentabilidade do ativo

O indicador Rentabilidade do Ativo (RA) é a razão entre o Lucro Líquido e o Ativo Total. Ele revela o quanto à empresa gera de retorno para cada R\$ 100 investido no ativo total.

Santos et al. (2006, p. 139) destacam que “o índice de retorno sobre os ativos totais evidencia o retorno proporcionado por unidade de ativos da empresa”. Para Ribeiro (2002, p.148), “esse quociente evidencia o potencial de geração de lucros por parte da empresa, isto é, quanto à empresa obteve de lucro líquido para cada real de investimentos totais”.

A Figura 11 apresenta fórmula da Rentabilidade do Ativo.

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

Figura 11: Rentabilidade do Ativo

Fonte: Ribeiro (2002, p. 148)

Para fins de análise tem-se: quanto maior for o índice, melhor a situação econômica da empresa.

2.3.1.5.5 Rentabilidade do patrimônio líquido

O indicador de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL) é a razão entre o Lucro Líquido e o Patrimônio Líquido. Esse índice indica o quanto a empresa gera de retorno para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido.

Braga (2006, p.165) ressalta que “esse índice mede a taxa de remuneração dos Capitais Próprios, devendo, em tese ser superior à taxa média de juros do mercado, de modo a remunerar o risco de investimento, por parte dos acionistas e sócios”.

A Figura 12 demonstra a fórmula da Rentabilidade do Patrimônio Líquido.

$$\text{RPL} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Figura 12: Rentabilidade do PL

Fonte: Ribeiro (2002, p. 149)

Para fins de análise tem-se: quanto maior for o índice, melhor a situação econômica da empresa.

2.3.2 Análise Dinâmica financeira proposta por Fleuriet

Em busca de instrumentos menos estáticos e mais dinâmicos para análise das demonstrações contábeis, o professor francês Michel Fleuriet elaborou em meados de 1977 um modelo de análise financeira dinâmica ligada aos ciclos operacionais das empresas, que ficou conhecido como Modelo Fleuriet.

Nas seções a seguir, descrevem-se as características do Modelo Fleuriet e seus respectivos indicadores.

2.3.2.1 Modelo dinâmico fleuriet

O Modelo Fleuriet foi introduzido no Brasil na década de 1980, pelo professor e pesquisador Michel Fleuriet. Este modelo também ficou conhecido como Análise Dinâmica ou Análise Avançada do Capital de Giro.

Padoveze e Benedicto (2004) mencionam que no Modelo Fleuriet, os elementos do giro são classificados conforme seu comportamento de acordo o ciclo operacional, sendo as contas cíclicas as de natureza operacional, e as erráticas as demais contas do ativo circulante.

Para Souza (2003, p.100),

O modelo procura mostrar os valores na forma de funcionalidade, abrangendo os níveis estratégicos, tático, e operacional. Para que isso aconteça, necessário se faz uma reclassificação das várias rubricas, agrupando, não só pelo critério tempo, mas levando em consideração sua relação com as operações da empresa.

O Quadro 1 evidencia as subdivisões que ocorrem no balanço patrimonial.

CONTAS ERRÁTICAS (Ativo Circulante)	Caixa, Bancos, Títulos, etc.
CONTAS CÍCLICAS (Ativo Circulante)	Duplicatas a Receber, Estoques de Produtos Acabados, Estoque de Produção em Andamento, Estoque de Matéria Prima, etc.
CONTAS NÃO CÍCLICAS (Ativo não Circulante)	Empréstimos a Terceiros, Títulos a Receber, Investimentos, Imobilizado, Diferido,
CONTAS ERRÁTICAS (Passivo Circulante)	Duplicatas Descontadas, Empréstimos Bancários a Curto Prazo, etc.
CONTAS CÍCLICAS (Passivo Circulante)	Fornecedores de Matéria Prima, etc.
CONTAS NÃO CÍCLICAS (Passivo não Circulante)	Empréstimos Bancários em Longo Prazo, Financiamentos, Capital Social, Reservas.

Quadro 11: Subdivisões do Balanço Patrimonial

Fonte: Adaptado Fleuriet, Kehdy, Blanc. (2003, p. 8).

A análise dinâmica revela a situação financeira das empresas por meio de uma abordagem mais dinâmica do Balanço Patrimonial, onde as contas patrimoniais são reclassificadas de acordo com a operacionalidade dos negócios em Erráticas (Circulantes Financeiros), Cíclicas (Circulantes Operacionais) e Não Cíclicas (Não Circulantes).

2.3.2.2 Indicadores do modelo dinâmico fleuriet

A análise dinâmica é composta pelos seguintes indicadores: Necessidade de Capital de Giro, Capital Circulante Líquido, Saldo de Tesouraria, Capital de Giro Próprio, Longo Prazo e Termômetro da Situação Financeira.

Tais indicadores são descritos a seguir.

2.3.2.2.1 Necessidade de capital de giro

A Necessidade de Capital de Giro (NCG) é a diferença entre o Ativo Circulante Operacional (ACO) e o Passivo Circulante Operacional (PCO). A NCG revela a necessidade que a empresa necessita para financiar suas operações.

Para Blatt (2001, p.102) a NCG “é a diferença entre os financiamentos dados e recebidos, espontâneos ou naturais e operacionais, incidentes nas contas de curto prazo da empresa e que envolvam seu objeto social”.

Os autores Fleuriet, Kehdy e Blanc (2003) destacam que a NCG, quando positiva, reflete uma aplicação permanente de fundos que, normalmente, deve ser financiada com os fundos permanentes financiados pela empresa. Quando a NCG é financiada com recursos de curto prazo, geralmente empréstimos bancários, o risco de insolvência aumenta.

Para Olinquevitch e Santi (2004, p. 46), “a variável necessidade líquida de capital de giro, constitui a principal determinante da situação financeira das empresas. Seu valor revela o nível de recursos necessários para manter o giro dos negócios”.

A Figura 13 evidencia a fórmula da Necessidade de Capital de Giro.

$$\text{NCG} = \text{Ativo Circulante Operacional} - \text{Passivo Circulante Operacional}$$

Figura 13: Necessidade de Capital de Giro

Fonte: Adaptado Assaf Neto e Silva (2011, p. 63).

Para fins de análise tem-se: quanto menor a NCG, mais solvente é a situação da empresa.

2.3.2.2.2 Capital circulante líquido

O Capital Circulante Líquido (CCL) é a diferença entre Ativo Circulante (AC) e o Passivo Circulante (PC). O CCL aponta a suficiência ou a insuficiência do Ativo Circulante sobre o Passivo Circulante.

Machado, Reis e Callado (2006, p.142) enfatizam que “o Capital Circulante Líquido representa uma fonte de fundos permanente da empresa com a finalidade de financiar sua necessidade de capital de giro”.

Para Assaf Neto et al. (2011, p.16), o CCL “reflete a folga financeira da empresa, e, dentro de um conceito mais rigoroso, o CCL representa o volume de recursos de longo prazo que se encontra financiando os ativos correntes.

A Figura 14 evidencia a fórmula do Capital Circulante Líquido

$$\text{CCL} = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$$

Figura 14: Capital Circulante Líquido

Fonte: Assaf Neto e Silva (2011, p.16)

Para fins de análise tem-se: um CCL positivo revela que a empresa possui uma situação financeira favorável.

2.3.2.3.3 Saldo da tesouraria

O saldo da Tesouraria (ST) é a diferença entre o Ativo Circulante Financeiro (ACF) e o Passivo Circulante Financeiro (PCF). O saldo de Tesouraria evidencia o quanto de ativos financeiros a organização tem para saldar seus compromissos com terceiros.

Para Gimenes e Pegorini (2008, p.141), “essa variável identifica o grau de utilização de recursos de terceiros de curto prazo para financiar as necessidades líquidas de capital de giro da organização”.

Oliquevitch e Santi (2004, p. 42) evidenciam que,

a variável tesouraria é a que melhor expressa a situação financeira de curto prazo das empresas. Seu saldo positivo indica uma situação de financeira folgada; se o saldo for negativo, indica a utilização de recursos de terceiros para financiar as atividades operacionais da empresa.

A Figura 15 apresenta a fórmula do saldo da Tesouraria.

$$\text{ST} = \text{Ativo Financeiro} - \text{Passivo Financeiro}$$

Figura 15: Saldo de Tesouraria

Fonte: Adaptado Blatt (2001, p.118)

Para fins de análise tem-se: um ST positivo mostra que a empresa possui uma situação financeira favorável.

2.3.2.2.4 Capital de giro próprio

O Capital de Giro Próprio (CGP) é a diferença entre o Patrimônio Líquido (PL) e os Ativos Permanentes (AP). O CGP revela a suficiência ou a insuficiência do Patrimônio Líquido, em relação aos ativos de características permanentes necessários para a manutenção das atividades.

Assaf Neto et al. (2011, p.118) destacam que,

Esta medida de liquidez revela basicamente os recursos próprios da empresa que estão financiando suas atividades correntes (ativo circulante). É um indicador limitado, notadamente por pretender identificar a natureza (origem) dos recursos de longo prazo – próprios ou de terceiros – que se encontram financiando as atividades circulantes.

Para Olinquevitch e Santi (2005, p.113), “a variável capital de giro próprio refere-se à parcela dos recursos próprios que não está aplicada no Ativo Permanente; portanto, disponível para outras aplicações”.

A Figura 16 evidencia a fórmula do Capital de Giro Próprio.

$$\text{CGP} = \text{Patrimônio Líquido} - \text{Ativo Permanente}$$

Figura 16: Capital de Giro Próprio

Fonte: Adaptado Blatt, (2001, p. 95)

Para fins de análise tem-se: um CGP positivo demonstra que a empresa possui uma situação financeira favorável.

2.3.2.2.5 Longo prazo

O Longo Prazo (LP) é a diferença entre Exigível a Longo Prazo (ELP) e o Realizável a Longo Prazo (RLP). O LP evidencia a necessidade da empresa em obter financiamentos de longo prazo para financiar suas atividades.

Para Souza (2003, p. 101), “esta variável expressa, em termos líquidos, a presença de fontes ou aplicações de recursos de longo prazo na atividade empresarial”.

Machado, Reis e Callado (2006, p.142) observam que esta variável “retrata a presença de origens ou aplicações de recursos de longo prazo nas atividades operacionais da empresa”.

A Figura 17 exibe a fórmula do Longo Prazo.

$$\text{LP} = \text{Exigível a Longo Prazo} - \text{Realizável a Longo Prazo}$$

Figura 17: Longo Prazo

Fonte: Olinquevitch e Santi, (2004, p. 131)

Para fins de análise: um LP positivo indica a presença de recursos de longo prazo no financiamento das atividades, caso contrário mostra que os investimentos de longo prazo necessitam ser financiados com recursos de curto prazo ou capital próprio.

2.3.2.2.6 Termômetro da situação financeira

O Termômetro da Situação Financeira (TSF) é a relação entre saldo de Tesouraria (ST) e Necessidade de Capital de Giro (NCG). Este indicador define o quanto à organização utiliza de recursos de financiamentos de curto prazo para cada R\$ 1,00 de necessidade de capital de giro.

Gimenes e Gimenes (2008, p.142) esclarecem que a TSF mostra “a participação dos recursos de terceiros de curto prazo no financiamento das necessidades líquidas de capital de giro da empresa”.

Para Olinquevitch e Santi (2004, p. 97)

este indicador é muito importante em decorrência de sua sensibilidade e rapidez em detectar situações no que se refere ao gerenciamento financeiro de curto prazo, envolvendo a NLCDG e a forma de financiamento de tais necessidades.

Machado, Reis e Callado (2006, p.143) observam que “esta variável tem como objetivo evidenciar o grau de participação dos recursos de terceiros de curto prazo no financiamento das necessidades de capital de giro da empresa”.

A Figura 18 demonstra a fórmula do Termômetro da Situação Financeira.

$$\text{Termômetro da Situação Financeira} = \frac{\text{Saldo de Tesouraria}}{\text{Necessidade de Capital de Giro}}$$

Figura 18: Termômetro da Situação Financeira

Fonte: Adaptado Machado, Reis e Callado, (2006, p. 143)

Para fins de análise tem-se: quanto menor for este indicador melhor, pois menos a empresa depende de capitais de terceiros de curto prazo para financiar as operações.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo do trabalho, apresenta-se o estudo de caso realizado em uma empresa do segmento de embalagens plásticas da região sul do estado de Santa Catarina. Inicialmente, evidenciam-se os procedimentos de coleta de dados e, depois, expõem-se os resultados.

3.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Devido ao sigilo e proteção das informações, o nome da empresa pesquisa foi alterado para Empresa XYZ. O período de coleta do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício foram os anos de 2007, 2008, 2009 e 2010 publicados no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina.

O Quadro 12 apresenta o ativo da Empresa XYZ.

Balanço Patrimonial (em milhares de reais)				
ATIVO	2007	2008	2009	2010
CIRCULANTE	<u>67.373</u>	<u>60.455</u>	<u>74.112</u>	<u>73.797</u>
Disponibilidades e Valores	3.844	7.092	18.260	24.040
Contas a Receber	41.814	33.458	25.760	23.378
Estoques	15.963	13.486	13.835	18.190
Impostos a Recuperar	3.159	4.194	12.464	3.651
IR e Contribuição Social Diferido	62	687	0	0
Outros Créditos	2.531	1.538	3.793	4.538
NÃO CIRCULANTE	<u>182.027</u>	<u>220.559</u>	<u>233.224</u>	<u>243.199</u>
Realizável a Longo Prazo	18.601	25.613	39.248	64.356
Aplicações Financeiras				
Impostos a Recuperar	699	1.388	21.021	21.899
IR e Cont. Social diferido	14.556	13.531	3.498	3.303
Partes Relacionadas	3.133	10.275	13.716	14.386
Bens destinados a venda				23.936
Devedores Por Venda de Bens				
Outros Créditos	213	419	1.013	832
Investimentos			4	4
Imobilizado	153.473	167.154	161.462	149.877
Intangível	9.337	27.151	32.510	28.962
Diferido	616	641	0	0
TOTAL ATIVO	249.400	281.014	307.336	316.996

Quadro 12: Balanço Patrimonial – Ativo

Fonte: Adaptado da Empresa XYZ

O Quadro 13, mostra o Passivo da Empresa XYZ.

Balço Patrimonial (em milhares de reais)				
PASSIVO	2007	2008	2009	2010
Circulante	<u>117.900</u>	<u>114.670</u>	<u>101.819</u>	<u>117.577</u>
Fornecedores	31.890	38.310	26.170	23.056
Emprest. E Financiamentos	67.251	57.217	49.416	66.604
Impos e Cont a Recolher	8.342	8.783	15.565	13.372
Salários e Encargos Sociais	9.051	8.568	10.120	9.833
Dividendos propostos				
Outras Contas a pagar	1.366	1.792	548	4.712
NÃO CIRCULANTE	<u>31.423</u>	<u>64.911</u>	<u>117.571</u>	<u>121.408</u>
Exigível a longo prazo	<u>31.423</u>	<u>64.911</u>	<u>117.571</u>	<u>121.408</u>
Empréstimo e Financiamento	9.267	6.580	29.161	24.606
Impostos e Cont a Recolher	21.217	55.211	80.115	65.728
imposto de renda e cont, social diferido				6.037
Partes Relacionadas				
Outras Contas a pagar		2.181	8.295	25.037
Provisão para contingências	939	939		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>100.077</u>	<u>101.433</u>	<u>87.946</u>	<u>78.011</u>
Capital Social	73.280	73.280	73.280	73.280
Reserva de Capital	863	863	863	863
Ajuste de avaliação patrimonial				11.719
Reservas de Lucro	25.934	27.290	13.803	-7.851
TOTAL DO PASSIVO E P.L.	<u>249.400</u>	<u>281.014</u>	<u>307.336</u>	<u>316.996</u>

Quadro 13: Balço Patrimonial – Passivo

Fonte: Adaptado da Empresa XYZ

Em resumo, o balanço patrimonial da Empresa YXZ apresenta um total de R\$ 249.400,00 em 2007, ao final do exercício de 2008 do BP foi de R\$ 281.014,00, já em 2009 o valor fechou em R\$ 307.336,00. No último ano estudado o valor evidenciado ao final do período foi de R\$ 316.996,00.

No que se refere ao lucro ou prejuízo dos quatro períodos estudados, estes são apresentados no quadro 14, a seguir.

DRE (em milhares de reais)				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE	2007	2008	2009	2010
Receita Bruta de Vendas	287.709	320.909	254.158	265.767
Impostos s/ Vendas	-81.329	-87.626	-73.706	-77.514
Receita Líquida de Vendas	206.380	233.283	180.452	188.253
Custos das Vendas	-155.221	-167.818	-132.057	-121.632
Lucro Bruto	51.159	65.465	48.395	66.621
Receita (despesas) operacionais	-41.359	-33.793	-25.139	-34.935
Com vendas	-17.285	-21.682	-16.845	-19.030
Gerais e Administrativas	-10.035	-12.111	-22.108	-14.129
Remuneração dos diretores	-453	0	0	-2.506
Resultado Equiv. Patrimonial	0	0	0	0
Amortização de ágio	0	0	0	0
Outras receitas (despesas) operacionais	-13.586		13.814	730
Lucro Oper. Antes do Result. Financeiro	9.800	31.672	23.256	31.686
Resultado Financeiro	-24.958	-20.398	-34.361	-28.481
Receitas Financeiras	3.443	0	0	0
Despesas Financeiras	-28.401	0	0	0
Lucro (prejuízo) operacional	-15.158	11.274	-11.105	3.205
Resultado não operacional	-41	-6.719	25.435	
Despesas não operacionais liquidas	-41	-950	0	0
programa especial parc. tributos	0	0	25.435	0
atualização dividas tributárias	0	-5.769	0	0
Participações em sociedades controladas	0	0	0	0
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	-15.199	4.555	14.330	3.205
IR e CS diferidos	14.618	-1.500	-10.720	-594
Imposto de renda e Cont. Social	0	0	-1.963	0
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-581	3.055	1.647	2.611

Quadro 14: DRE

Fonte: Adaptado da Empresa XYZ

3.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa são descritos de acordo com os objetivos específicos: (1) Identificar a estrutura patrimonial da companhia; (2) Calcular os indicadores financeiros de liquidez, endividamento e rentabilidade; e (3) Calcular os indicadores do Modelo Fleuriet.

3.2.1 Estrutura patrimonial da Empresa XYZ

O Quadro 15 apresenta a análise horizontal e vertical do Ativo.

Balço Patrimonial (em milhares de reais)								
	2007		2008		2009		2010	
ATIVO	AH %	AV %	AH %	AV %	AH %	AV %	AH %	AV %
CIRCULANTE	100	27	90	22	110	24	110	23
Disponibilidades e Valores	100	2	184	3	475	6	625	8
Contas a Receber	100	17	80	12	62	8	56	7
Estoques	100	6	84	5	87	5	114	6
Impostos a Recuperar	100	1	133	1	395	4	116	1
IR e Contribuiçõe Social Diferido	100	0	1.108	0	0	0	0	0
Outros Céditos	100	1	61	1	150	1	179	1
NÃO CIRCULANTE	100	73	121	78	128	76	134	77
Realizável a Longo Prazo	100	7	138	9	211	13	346	20
Aplicações Financeiras	100	0		0		0		0
Impostos a Recuperar	100	0	199	0	3.007	7		7
IR e Cont. Social diferido	100	6	93	5	24	1	23	1
Partes Relacionadas	100	1	328	4	438	4	459	5
Bens destinados a venda	100	0		0		0		8
Devedores P/ Venda de Bens	100	0		0		0		0
Outros Créditos	100	0	197	0	476	0	391	0
Investimentos	100	0		0		0		0
Imobilizado	100	62	109	59	105	53	98	47
Intangível	100	4	291	10	348	11	310	9
Diferido	100	0	104	0	0	0	0	0
TOTAL ATIVO		100		100		100		100

Quadro 15: Análise Horizontal e Vertical do Ativo

Fonte: Adaptado da Empresa XYZ

Conforme Quadro 15, no ano de 2007, a composição do Ativo Circulante sobre o seu total ativo foi de 27%. O Ativo Não Circulante foi de 73% do valor total do ativo, deste montante, o Realizável a Longo Prazo equivale a 7% e o Imobilizado em 62% do total do Ativo. No ano de 2008, o Ativo Circulante foi 22% e o Ativo Não Circulante foi de 78% com grande participação do Imobilizado (59%). Para o ano de 2009, o Ativo Circulante foi 24% e o Ativo Não Circulante foi de 76%. Em 2010, o Ativo Circulante passou para 23% e o Ativo Não Circulante foi para 77% com aumento significativo do Realizável a Longo Prazo subiu para 20% do total.

O Quadro 16 apresenta a análise horizontal e vertical do Passivo.

Balço Patrimonial (em milhares de reais)								
	2007		2008		2009		2010	
	AH %	AV %	AH %	AV %	AH %	AV %	AH %	AV %
PASSIVO								
Circulante	100,00	47	97,26	41	86,36	33	99,73	37
Fornecedores	100,00	13	120,13	14	82,06	9	72,30	7
Emprest. E Financiamentos	100,00	27	85,08	20	73,48	16	99,04	21
Impos e Cont a Recolher	100,00	3	105,29	3	186,59	5	160,30	4
Salários e Encargos Sociais	100,00	4	94,66	3	111,81	3	108,64	3
Dividendos propostos	100,00	-	-	-	-	-	-	-
Outras Contas a pagar	100,00	1	131,19	1	40,12	0	344,95	1
NÃO CIRCULANTE	100,00	13	206,57	23	374,16	38	386,37	38
Exigível a longo prazo	100,00	13	206,57	23	374,16	38	386,37	38
Emprestimo e Financiamento	100,00	4	71,00	2	314,68	9	265,52	8
Impostos e Cont a Recolher	100,00	9	260,22	20	377,60	26	309,79	21
IR e CS diferidos	100,00	-	-	-	-	-	-	2
Partes Relacionadas	100,00	-	-	-	-	-	-	-
Outras Contas a pagar	100,00	-	-	1	-	3	-	8
Provisão para contingencias	100,00	0	100,00	0	-	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	100,00	40	101,35	36	87,88	29	77,95	25
Capital Social	100,00	29	100,00	26	100,00	24	100,00	23
Reserva de Capital	100,00	0	100,00	0	100,00	0	100,00	0
Ajuste de avaliação patrimonial	100,00	-	-	-	-	-	-	4
Reservas de Lucro	100,00	10	105,23	10	53,22	4	30,27	2
TOTAL DO PASSIVO E P.L.		100		100		100		100

Quadro 16: Análise Horizontal e Vertical do Passivo

Fonte: Adaptado da Empresa XYZ

Conforme Quadro 16, em 2007, o Passivo Circulante representa 47% do total do Passivo, o Passivo Não Circulante representa 13%, enquanto que o Patrimônio Líquido equivale há 40% do total. Em 2008, o Passivo Circulante representa 41% do total do Passivo, o Passivo Não Circulante representa 23,10%, o Patrimônio Líquido representa 36%. No ano de 2009, o Passivo Circulante equivale a 33% do total do Passivo, o Passivo Não Circulante a 38%, e o Patrimônio líquido equivale 29%. Já no ano de 2010, o Passivo é distribuído em 37% para Passivo Circulante, 38% para Passivo Não Circulante e 25% para o Patrimônio Líquido.

O Quadro 17 apresenta a análise horizontal e vertical da DRE.

EMPRESA XYZ								
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE	2007		2008		2009		2010	
	AH %	AV %	AH %	AV %	AH %	AV %	AH %	AV %
Receita Bruta de Vendas	100		112		88		92	
Impostos s/ Vendas	100		30		26		27	
Receita Líquida de Vendas	100	100	81	100	63	100	65	100
Custos das Vendas	100	- 75	58	- 72	46	- 73	42	- 65
Lucro Bruto	100	25	23	28	17	27	23	35
Receita (despesas) operacionais	100	- 20	12	- 14	9	- 14	12	- 19
Com vendas	100	- 8	8	- 9	6	- 9	7	- 10
Gerais e Administrativas	100	- 5	4	- 5	8	- 12	5	- 8
Remuneração dos diretores	100	- 0	-	-	-	-	1	- 1
Resultado Equiv. Patrimonial	100	-	-	-	-	-	-	-
Amortização de ágio	100	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	100	- 7	-	-	5	8	0	0
Lucro Oper. Antes do Result. Financeiro	100	5	11	14	8	13	11	17
Resultado Financeiro	100	- 12	7	- 9	12	- 19	10	- 15
Receitas Financeiras	100	2	-	-	-	-	-	-
Despesas Financeiras	100	- 14	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) operacional	100	- 7	4	5	4	- 6	1	2
Resultado não operacional	100	- 0	2	- 3	9	14	-	-
Despesas não operacionais liquidas	100	- 0	0	- 0	-	-	-	-
programa especial parc tributos	100	-	-	-	9	14	-	-
atualização dividas tributárias	100	-	2	- 2	-	-	-	-
Participações em sociedades controladas	100	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	100	- 7	2	2	5	8	1	2
IR e CS diferidos	100	7	1	- 1	4	- 6	0	- 0
Imposto de renda e Cont. Social	100	-	-	-	1	- 1	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	100	- 0	1	1	1	1	1	1

Quadro 17: Análise Horizontal e Vertical da DRE

Fonte: Adaptado da Empresa XYZ

Na Demonstração do Resultado do Exercício, observa-se, que o Lucro Bruto representa 25% em 2007, 28% em 2008, 27% em 2009 e 35% em 2010. O Lucro Operacional nos períodos investigados foram: 5% em 2007, 14% em 2008, 13% em 2009 e 17% em 2010. A representatividade do Lucro Líquido nos períodos investigados foram de 1%, respectivamente.

Com a análise vertical observa-se que Lucro Líquido foi prejudicado pelo resultado financeiro.

3.2.2 Indicadores financeiros de liquidez e endividamento da Empresa XYZ

O Gráfico 01 evidencia o índice de Liquidez Imediata.

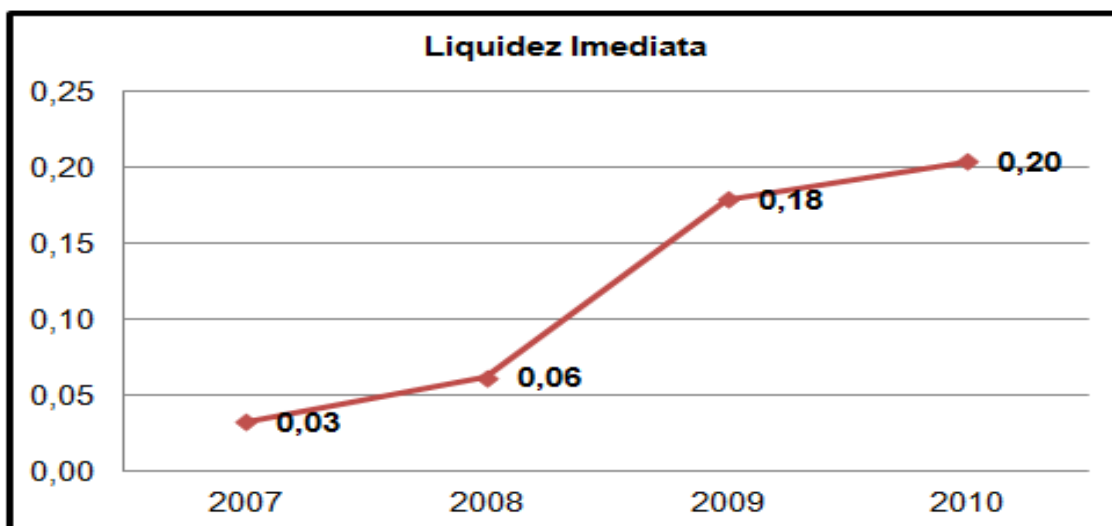


Gráfico 01: Liquidez Imediata

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os índices de Liquidez Imediata nos anos investigados foram: 0,03 (2007), 0,06 (2008), 0,18 (2009) e 0,20 (2010).

Esse resultado mostra que a empresa não possui ativos de liquidez imediata para honrar seus compromissos de curto prazo. Entretanto, a decisão de manter recursos de curto prazo depende das características da empresa ou da existência de sobras de dinheiro que estão aplicados no mercado financeiro.

O Gráfico 02 apresenta o índice de Liquidez Corrente.

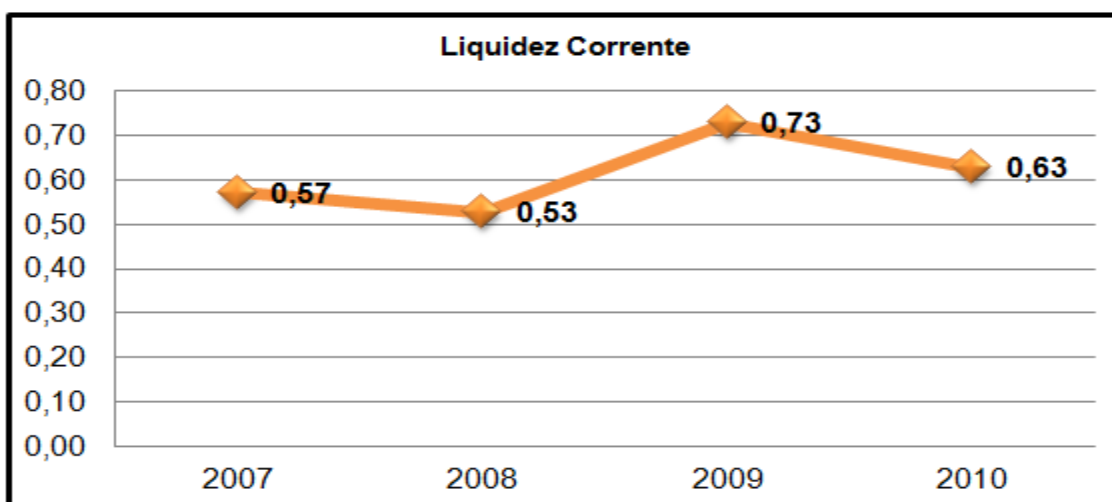


Gráfico 02: Liquidez Corrente

Fonte: Elaborado pelo autor (2012)

Os índices de Liquidez Corrente nos anos investigados foram: 0,57 (2007), 0,53 (2008), 0,73 (2009) e 0,63 (2010).

Esse resultado mostra que a empresa não possui ativos de curto prazo para honrar dívidas de curto prazo.

O Gráfico 03 mostra o índice de Liquidez Seca.

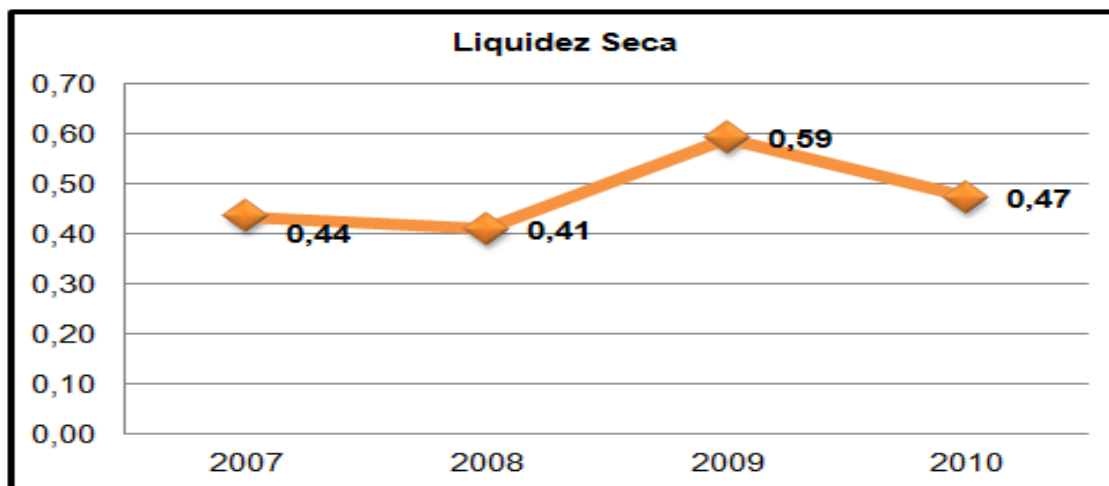


Gráfico 03: Liquidez Seca

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os índices de Liquidez Seca nos anos investigados foram: 0,44 (2007), 0,41 (2008), 0,59 (2009) e 0,47 (2010).

Esse resultado mostra que a empresa quando desconsidera os estoques não possui ativos para saldar as dívidas de curto prazo.

O Gráfico 04 apresenta o índice de Liquidez Geral.

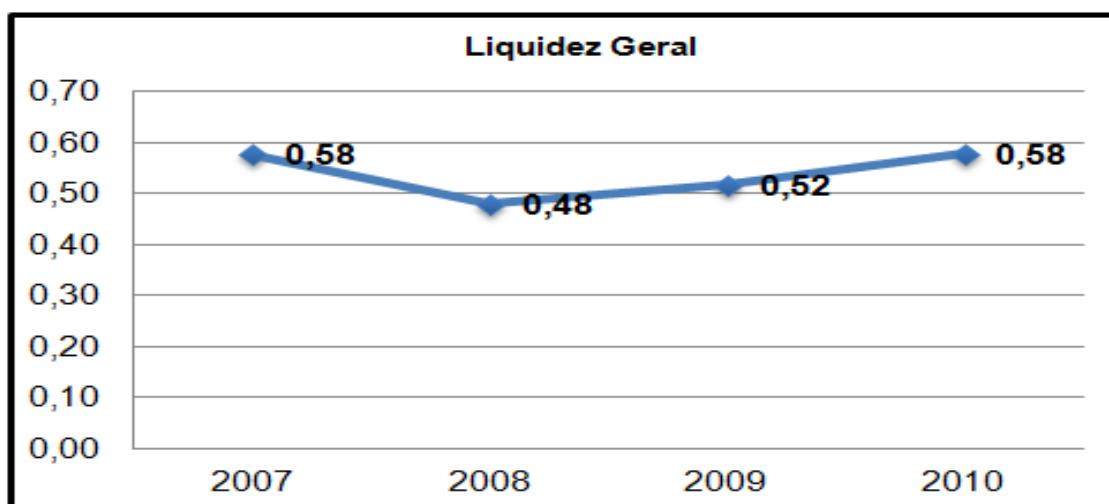


Gráfico 4: Liquidez Geral

Fonte: Elaborado pelo autor

Os índices de Liquidez Geral nos anos investigados foram: 0,58 (2007), 0,48 (2008), 0,52 (2009) e 0,58 (2010).

Esse resultado mostra que a empresa não possui ativos de liquidez imediata, de curto e de longo prazo para saldar as dívidas de curto prazo.

O Gráfico 05 apresenta o índice de Composição do Endividamento.

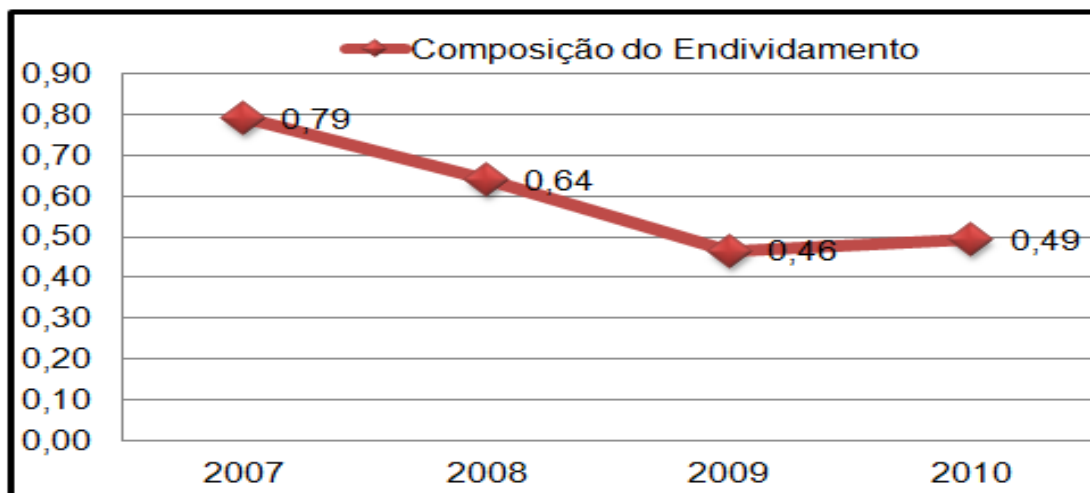


Gráfico 05: Composição de Endividamento

Fonte: Elaborado pelo autor (2012)

Os índices de Composição de Endividamento nos anos investigados foram: 0,79 (2007), 0,48 (2008), 0,52 (2009) e 0,58 (2010).

Esse resultado mostra que grande parte das dívidas está concentrada no curto prazo.

O Gráfico 06 evidencia o índice de Participação do Capital de Terceiros.

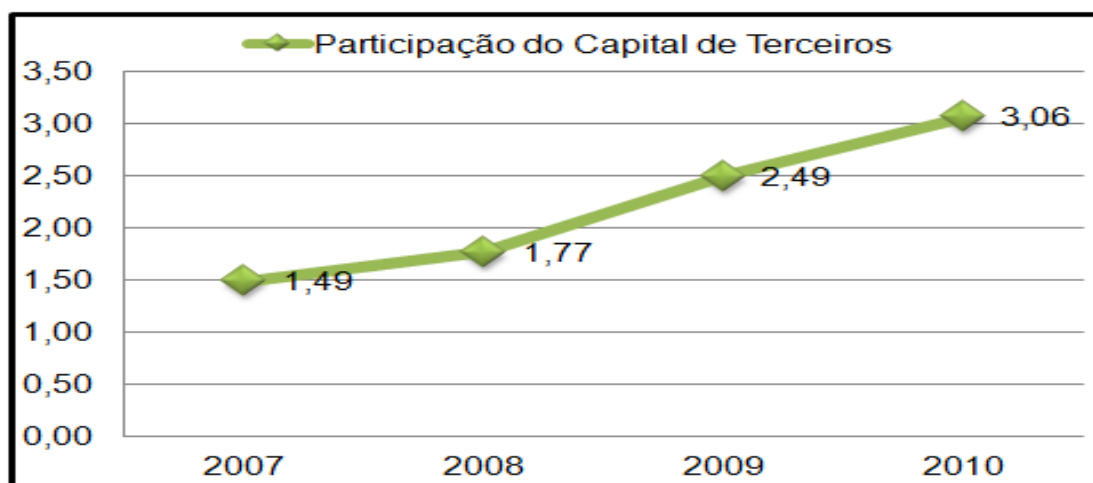


Gráfico 06: Participação do Capital de Terceiros

Fonte: Elaborado pelo autor (2012)

Os índices de Participação de Capitais de Terceiros nos anos investigados foram: 1,49 (2007), 1,77 (2008), 2,49 (2009) e 3,06 (2010).

Esse resultado mostra uma dependência excessiva de capitais de terceiros no financiamento das operações.

O Gráfico 07 apresenta o índice de Endividamento Total.

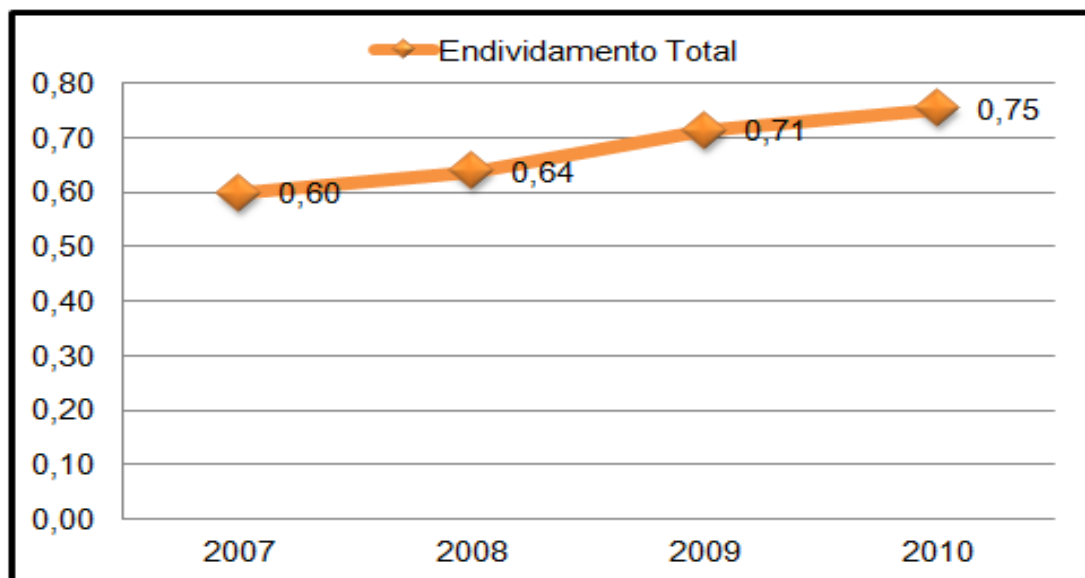


Gráfico 07: Endividamento Total

Fonte: Elaborado pelo autor (2012)

Os índices de Endividamento Total nos anos investigados foram: 0,60 (2007), 0,64 (2008), 0,71 (2009) e 0,76 (2010).

Esse resultado mostra uma dependência elevada de capitais de terceiros no financiamento dos ativos da empresa.

Os indicadores de Liquidez e Endividamento mostram uma situação financeira desfavorável, pois os resultados apontam que não há caixa suficiente para saldar dívidas e alta dependência de recursos de terceiros que vencem, principalmente, no curto prazo.

3.2.3 Indicadores de rentabilidade

Os índices de rentabilidade servem para medir a capacidade econômica da empresa, isto é, evidenciam o grau de êxito econômico obtido pelo capital investido na empresa. Desta forma, apresentam-se os gráficos da ML, MO e MB.

O Gráfico 08 apresenta o indicador Margem Bruta.

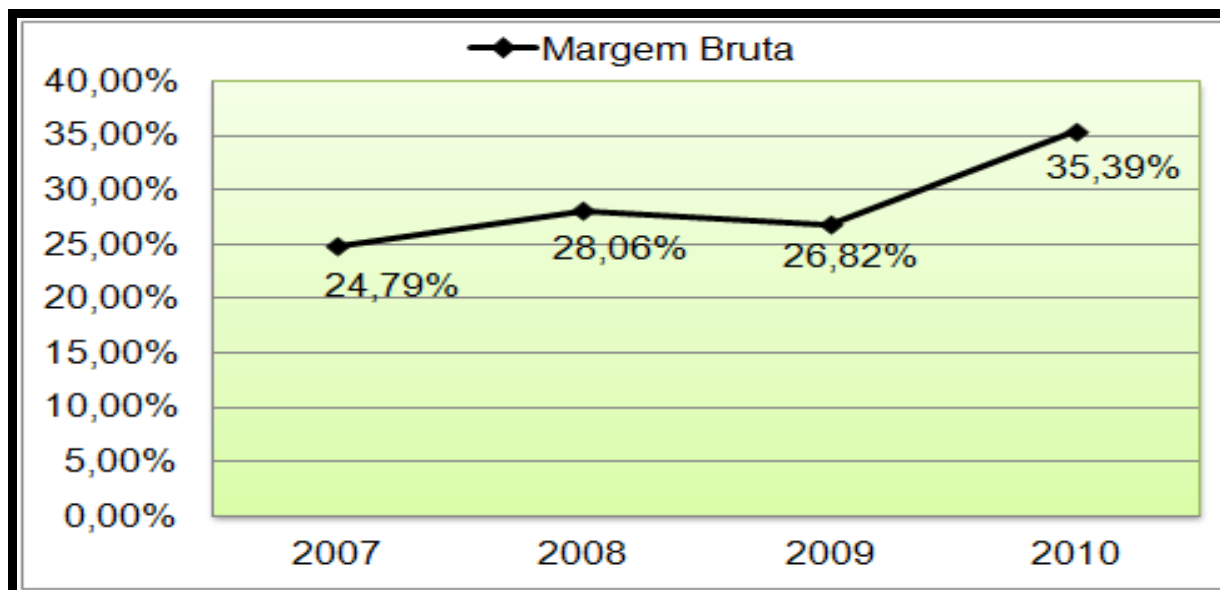


Gráfico 08: Margem Bruta

Fonte: Elaborado pelo autor

Os indicadores de Margem Bruta nos anos investigados foram: 24,79% (2007), 28,06% (2008), 26,82% (2009) e 35,39% (2010).

Esse resultado aponta que a geração de lucro após o reconhecimento das deduções sobre vendas e custos é superior a 24,79%, demonstrando que esses abatimentos são significativos para geração do lucro.

O Gráfico 09 mostra o indicador Margem Operacional.

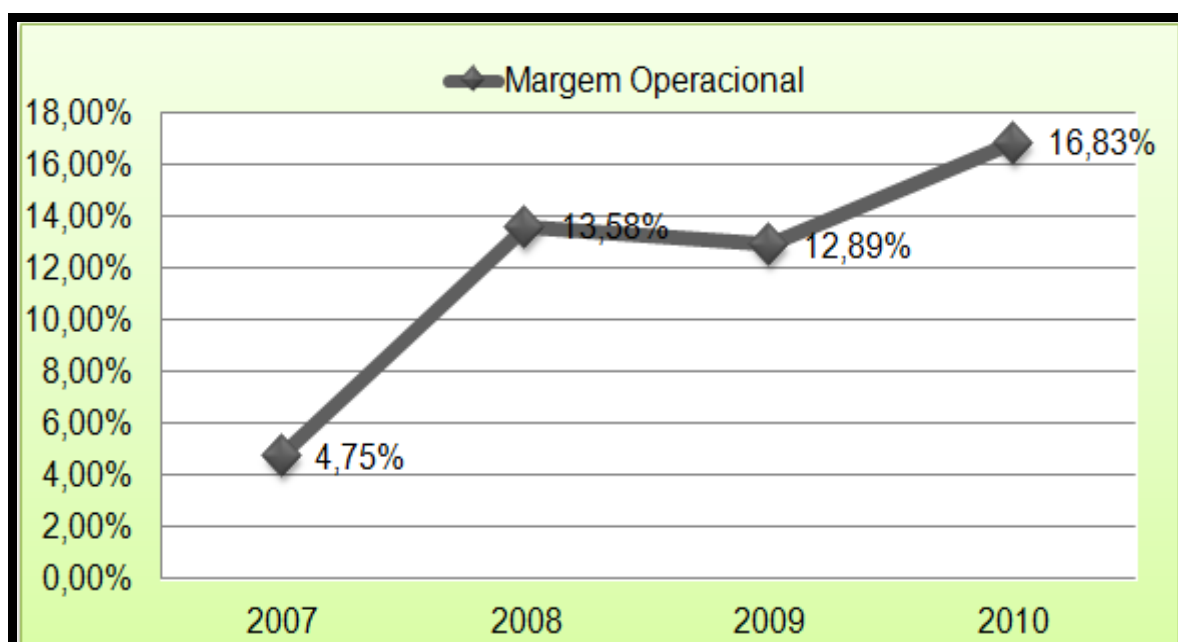


Gráfico 09: Margem Operacional

Fonte: Elaborado pelo autor (2012)

Os indicadores de Margem Operacional nos anos investigados foram: 4,75% (2007), 13,58% (2008), 12,89% (2009) e 16,83% (2010).

Esse resultado aponta que a geração de lucro após o reconhecimento das deduções sobre vendas, dos custos e das despesas operacionais é superior a 16,83% em 2010, demonstrando que esses abatimentos são significativos para geração do lucro.

O Gráfico 10 apresenta o indicador Margem Líquida.

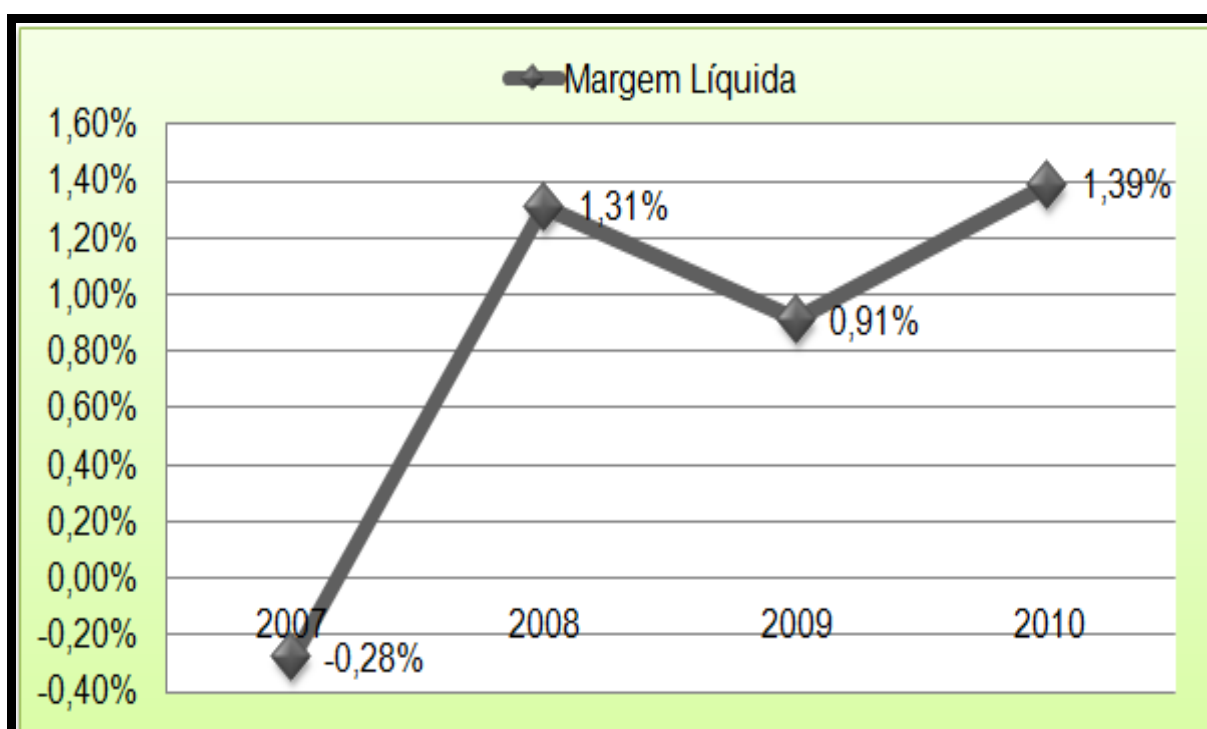


Gráfico 10: Margem Líquida

Fonte: Elaborado pelo autor (2012)

Os indicadores de Margem Líquida nos anos investigados foram: -0,28% (2007), 1,13% (2008), 0,91% (2009) e 1,39% (2010).

Esse resultado indica que a geração de lucro após o reconhecimento das deduções sobre vendas, dos custos, das despesas operacionais e impostos sobre o lucro é muito baixo, evidenciando que a empresa tem um retorno desfavorável em suas operações.

Após analisar a margem bruta, a margem operacional e a margem líquida. Analisar-se-á os gráficos de rentabilidade do ativo e do patrimônio líquido.

Desta forma, o Gráfico 11 exibe a Rentabilidade do Ativo.

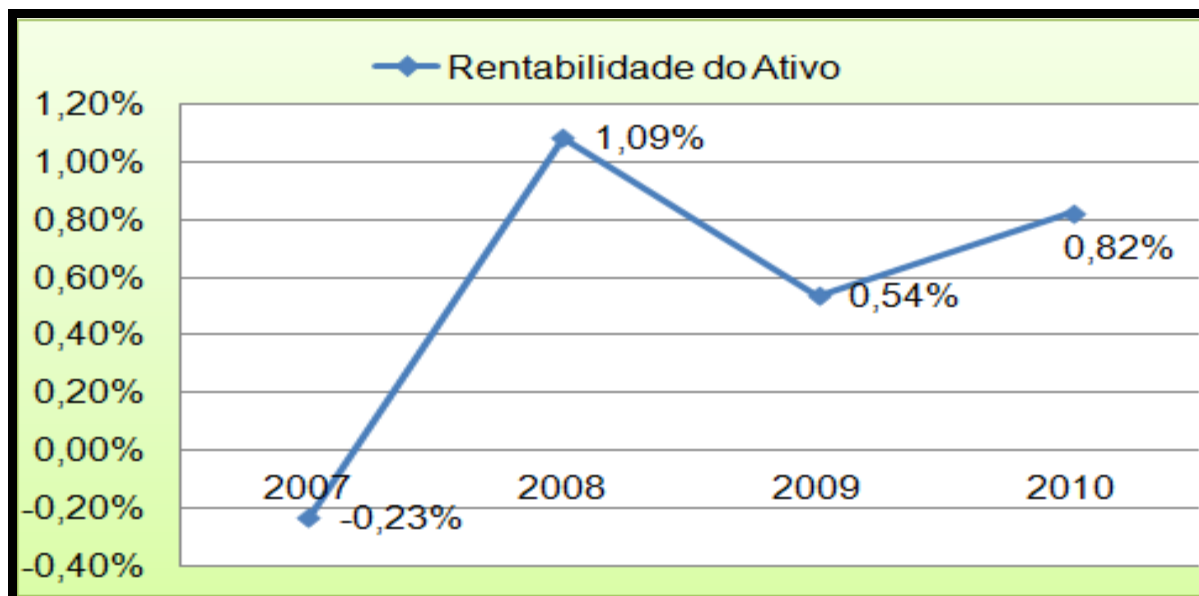


Gráfico 11: Rentabilidade do Ativo

Fonte: Elaborado pelo autor (2012)

Os indicadores de Rentabilidade do Ativo nos anos investigados foram: - 0,23% (2007), 1,09% (2008), 0,54% (2009) e 0,82% (2010).

Esse resultado indica um baixo retorno sobre os investimentos realizados.

O Gráfico 12 evidencia a Rentabilidade do Patrimônio Líquido.

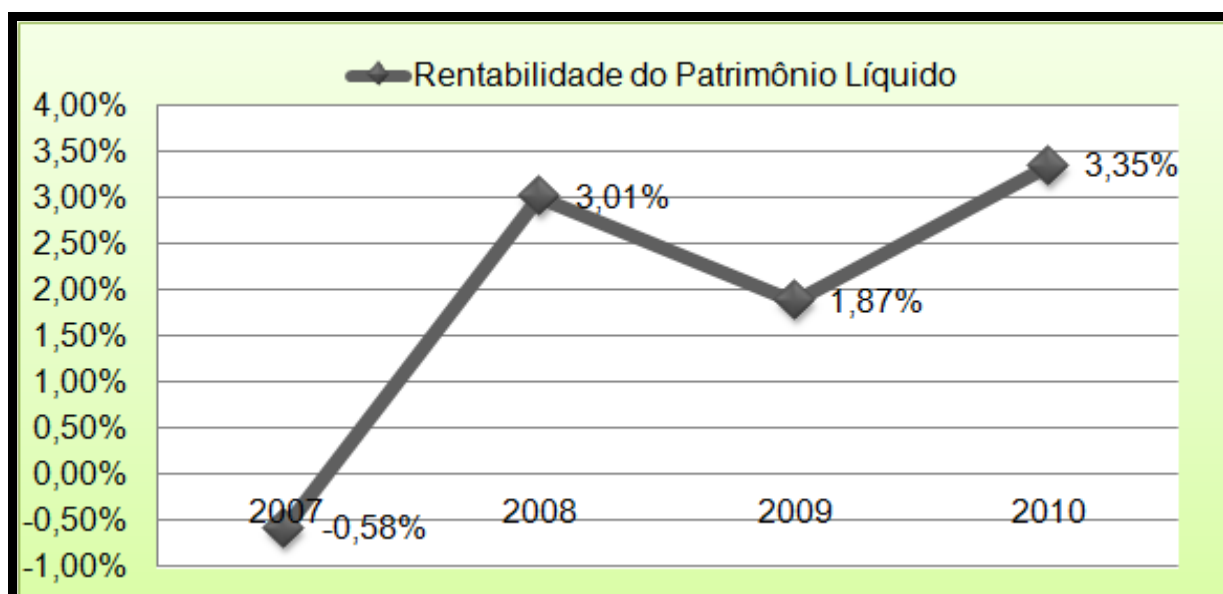


Gráfico 12: Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Fonte: Elaborado pelo autor (2012)

Os indicadores de Rentabilidade do Ativo nos anos investigados foram: - 0,58% (2007), 3,01% (2008), 1,87% (2009) e 3,35% (2010).

Esse resultado indica um baixo retorno sobre o capital próprio.

3.2.4 Indicadores da análise dinâmica

O Quadro 18 exibe a reclassificação das contas do Ativo de acordo com a Análise Dinâmica proposta pro Fleuriet.

Balanço Patrimonial (em milhares de reais)				
ATIVO	2007	2008	2009	2010
Ativo Circulante Financeiro	3.906	7.779	18.260	24.040
Ativo Circulante Operacional	67.205	56.750	57.907	49.757
Ativo Não-Circulante	182.027	220.559	233.224	243.199
Total do Ativo	253.138	285.088	309.391	316.996

Quadro 18: Reclassificação das Contas do Ativo

Fonte: Dados da Empresa YXZ.

No Ativo Circulante Financeiro estão às contas de disponibilidades e valores. No Ativo Circulante Operacional estão o contas a receber, estoques, impostos a recuperar e outros créditos foram reclassificas como ativo circulante operacional.

O Quadro 19 expõe a reclassificação das contas do Passivo de acordo com a Análise Dinâmica proposta pro Fleuriet.

Balanço Patrimonial (em milhares de reais)				
PASSIVO	2007	2008	2009	2010
Passivo Circulante Financeiro	70.989	61.291	51.471	66.604
Passivo Circulante Operacional	50.649	57.453	52.403	50.973
Passivo Não-Circulante	31.423	64.911	117.571	121.408
Patrimônio Líquido	100.077	101.433	87.946	78.011
Total do Passivo	253.138	285.088	309.391	316.996

Quadro 19: Reclassificação das Contas do Passivo

Fonte: Dados da Empresa YXZ.

As contas empréstimos e financiamentos, e duplicatas descontadas foram reclassificadas para o Passivo Circulante Financeiro. As demais contas do Passivo Circulante foram classificadas para o Passivo Circulante Operacional.

O Gráfico 13 apresenta o indicador Necessidade de Capital de Giro.

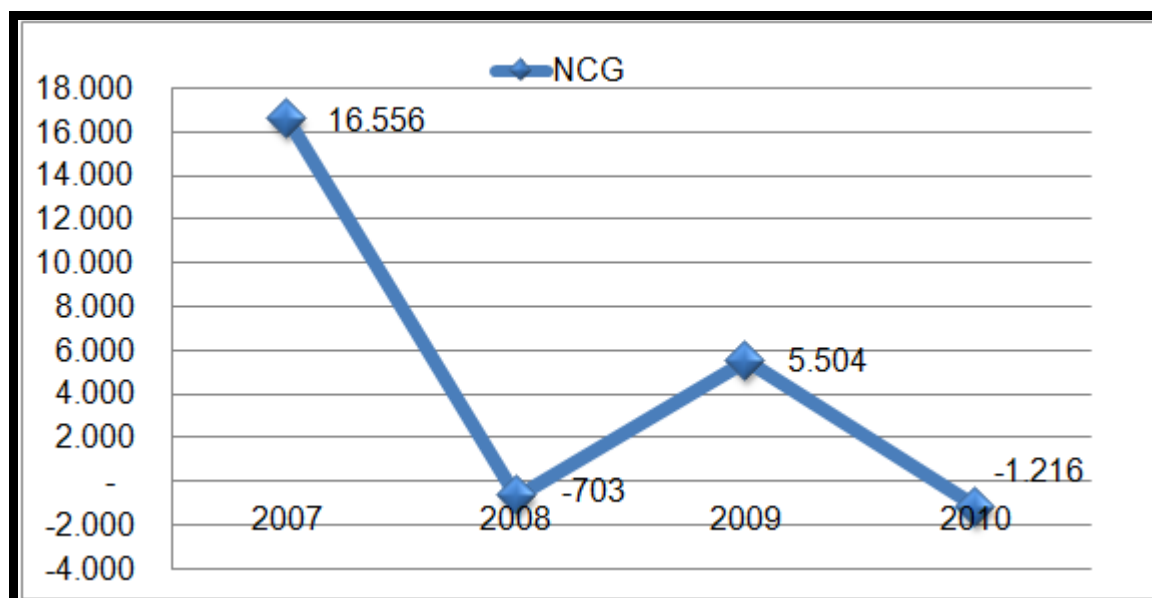


Gráfico 13: Necessidade de Capital de Giro

Fonte: Elaborado pelo autor

Os indicadores de Necessidade de Capital de Giro nos anos investigados foram: 16.556 (2007), -703 (2008), 5.504 (2009) e -1.216 (2010).

Esse resultado indica mudanças anuais relevantes na estrutura financeira operacional. No ano de 2007 havia um saldo positivo de NCG, evidenciando que a empresa necessita de outras fontes de recursos para financiar as operações. No ano de 2010 o saldo da NCG é negativo, mostrando que há sobras de recursos operacionais.

O Gráfico 14 evidencia o indicador Capital Circulante Líquido.

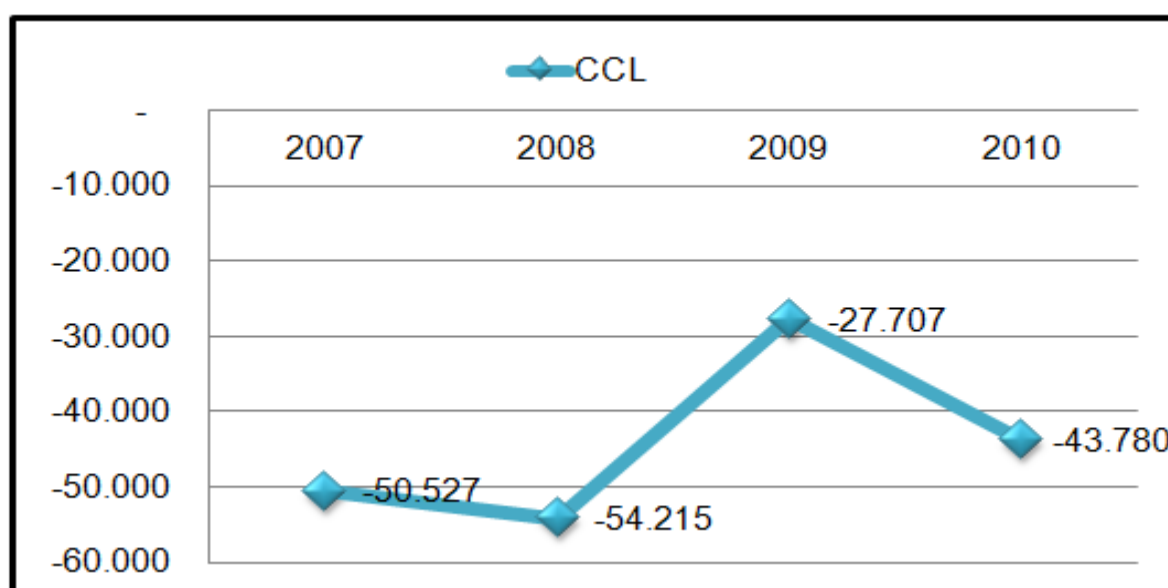


Gráfico 14: Capital Circulante Líquido

Fonte: Elaborado pelo autor (2012)

Os indicadores de Capital Circulante Líquido nos anos investigados foram: -50.527 (2007), -54.215 (2008), -27.707 (2009) e -43.780 (2010).

Esse resultado mostra que as fontes de recursos de curto prazo são maiores que as aplicações de curto prazo. Isso aponta que a empresa utiliza recursos de curto prazo para financiar seus ativos de longo prazo.

O Gráfico 15 apresenta o indicador Saldo da Tesouraria.

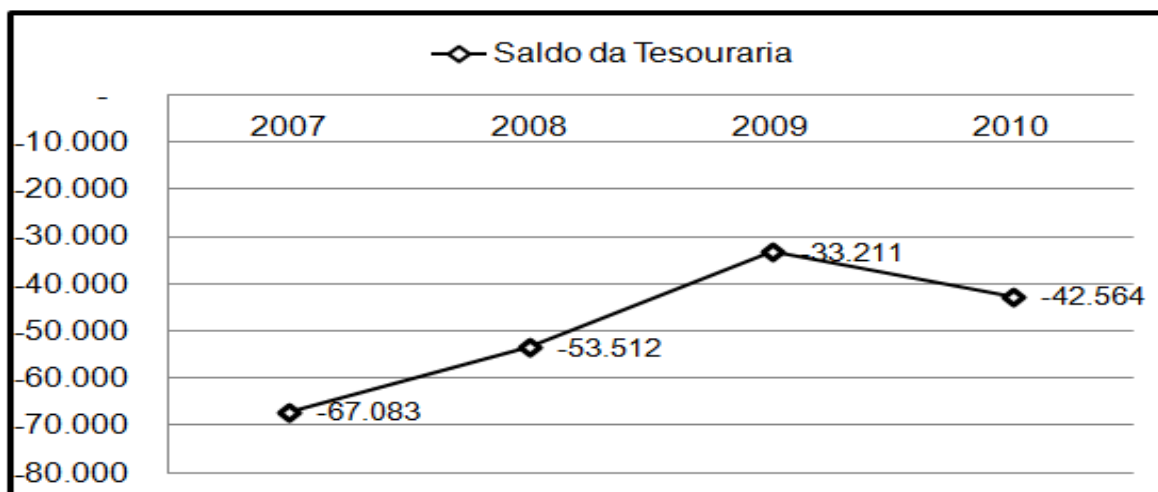


Gráfico 15: Saldo da Tesouraria

Fonte: Elaborado pelo autor (2012)

Os indicadores de Saldo da Tesouraria nos anos investigados foram: R\$ -67.083 (2007), R\$ -53.512 (2008), R\$ -33.211 (2009) e R\$ -42.564 (2010).

Esse resultado mostra uma dependência relevante de capitais de terceiros de curto prazo para financiar as operações.

O Gráfico 16 evidencia o indicador de Capital de Giro Próprio.

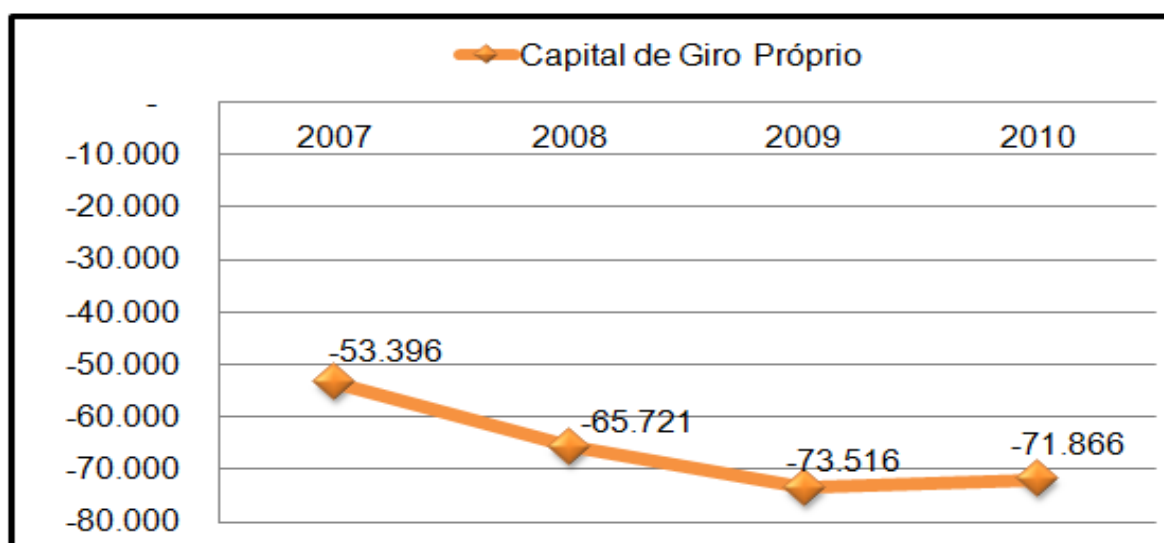


Gráfico 16: Capital de Giro Próprio

Fonte: Elaborado pelo autor (2012)

Os indicadores de Capital de Giro Próprio nos anos investigados foram: R\$ -53.396 (2007), R\$ -65.721 (2008), R\$ -73.516 (2009) e R\$ -71.866 (2010).

Esse resultado mostra que os investimentos em ativos permanentes são superiores ao valor do capital próprio. Tal situação revela que a empresa utiliza, além de seus recursos próprios, fontes de terceiros para financiar seus ativos fixos.

O Gráfico 17 apresenta o indicador Longo Prazo.

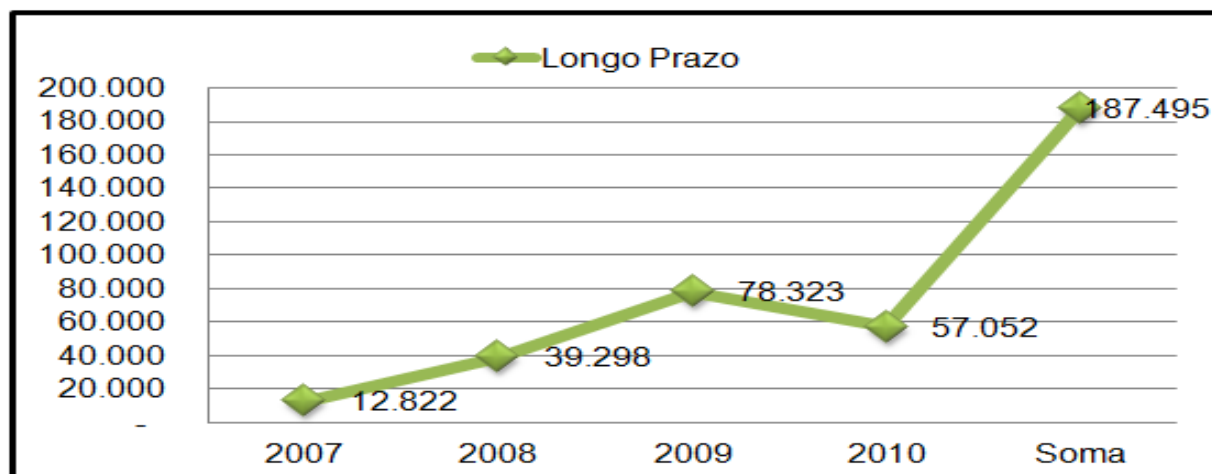


Gráfico 17: Longo Prazo

Fonte: Elaborado pelo autor (2012)

Os indicadores de Longo Prazo nos anos investigados foram: R\$ 12.822 (2007), R\$ 39.298 (2008), R\$ 78.323 (2009) e R\$ 57.052 (2010).

Esse resultado demonstra a presença significativa de recursos de terceiros de longo prazo no financiamento das atividades.

O Gráfico 18 apresenta o indicador Termômetro da Situação Financeira.

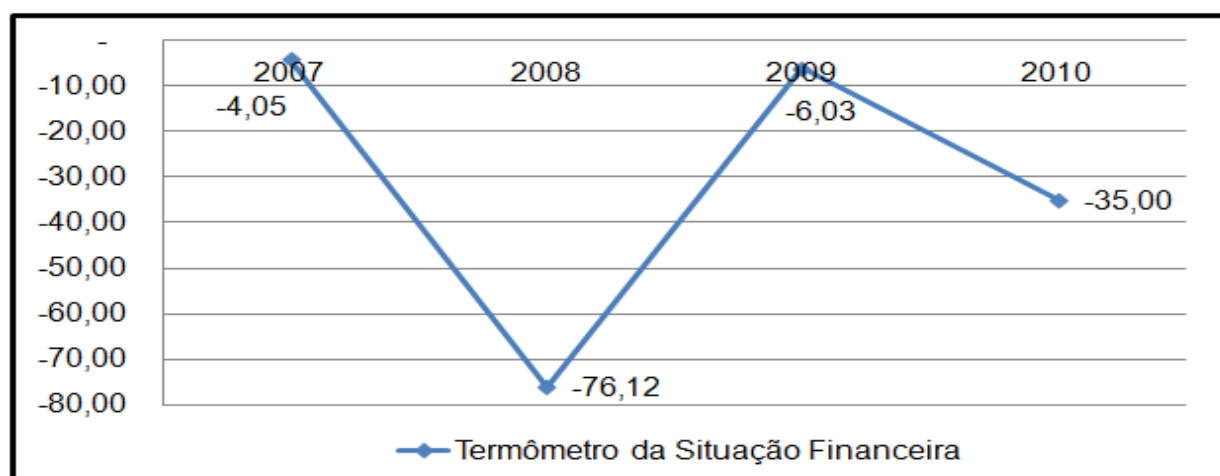


Gráfico 18: Termômetro da Situação Financeira

Fonte: Elaborado pelo autor (2012)

Os indicadores de Termômetro de Situação Financeira nos anos investigados foram: R\$ -4,05 (2007), R\$ -76,12 (2008), R\$ -6,03 (2009) e R\$ -35,00 (2010).

Esse resultado demonstra a uma participação significativa de recursos imediatos de terceiros no financiamento das atividades.

4 CONCLUSÃO

A análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta que revela indicadores úteis para compreender a saúde financeira da instituição.

Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa foi identificar a situação econômica e financeira de uma empresa do setor de embalagens plásticas, utilizando as técnicas de análise tradicional e dinâmica nas demonstrações contábeis dos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010.

Os resultados revelaram que a empresa possui um Ativo Circulante em média de 24% em relação ao Ativo total, já o Ativo Não Circulante representa em média 76% do total do Ativo. Estes resultados atribuem-se aos valores consideráveis de seus investimentos em imobilizações, as quais representam em média 55% do ativo total.

O Passivo Circulante da empresa representa em média 40% em relação ao Passivo total, o Passivo Não Circulante representa em média de 28% e o Patrimônio Líquido da companhia em média 32%. Esses resultados mostram uma dependência significativa de capital de terceiros, principalmente de curto prazo.

Todos os índices de liquidez da empresa ficaram abaixo de 1,00, evidenciando uma insegurança em relação ao cumprimento das obrigações com terceiros. Em relação aos índices de endividamento da companhia apontam dependência de capitais de terceiros nos períodos investigados, mas a empresa realizou o alongamento dos compromissos por meio de parcelamento das dívidas tributárias. Os índices de rentabilidade revelaram que a empresa apresenta um índice médio de Margem Bruta de 29%, de Margem Operacional de 12% e de Margem Líquida de 0,83%. A queda na rentabilidade é causada principalmente pelas despesas financeiras com empréstimos e tributos em atraso.

Os indicadores do modelo de Fleuriet mostraram em todos os períodos analisados a empresa utilizou de recursos de curto prazo de terceiros para financiar suas operações de curto e longo prazo.

Diante dos resultados constata-se que a companhia apresenta uma situação financeira fragilizada, pois possui uma alta dependência de capitais de terceiros e grande imobilização de recursos. Sugere-se que a empresa: revise seu processo produtivo maximizar a geração de lucro, procure

empréstimos/financiamentos de longo prazo para custear as operações e realize a venda de bens imobilizados não destinado a uso próprio para a geração de caixa adicional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de; ASSAF, Alexandre. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 3. ed São Paulo: Atlas, 2007. 716 p.

_____, Alexandre. **Curso de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2008.

_____, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 214p

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

AZEVEDO, Osni Ribeiro. **Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado**. 1 ed. São Paulo: IOB , 2008. 203 p.

BLATT, A. **Análise de balanços**. São Paulo: Makron Books, 2001. 227 p.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 221 p.

BRASIL. Comissão de Valores mobiliários (CVM). **Demonstrações contábeis: Deliberação CVM n. 29, de 05 de fevereiro de 1986**. Disponível em: < <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiato.asp?File=/deli/deli029.htm>>. Acesso em: 27 out. 2012.

_____. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: 28 out. 2012.

_____. Lei n.º 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm >. Acesso em: 28 out. 2012.

COLLIS, Jill; HUSSEY Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento técnico CPC 26 - apresentação das demonstrações contábeis**. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/pdf/cpc26.pdf> >. Disponível em: 27 out. 2012.

_____. **Pronunciamento técnico CPC 03 – demonstração de fluxos de caixa**. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/pdf/cpc03.pdf>>. Disponível em: 27 out. 2012.

_____. **Pronunciamento técnico CPC 09 – demonstração do valor adicionado**. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/pdf/cpc09.pdf>>. Disponível em: 27 out. 2012.

COSENZA, J.P.; GALLIZO, J.L.; JIMENEZ, F. A participação dos agentes econômicos no valor adicionado: estudo empírico na indústria siderúrgica brasileira no período 1996/2000, **Contabilidade Vista & Revista**, v. 13, n. 2, p. 37-65

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FLEURIET, Michel; KEHDY, Ricardo; BLANC, Georges. **O Modelo Fleuriet: a dinâmica financeira das empresas brasileiras**. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

_____, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMENES, Régio Marcio Toesca; GIMENES, Fátima Maria Pegorini. Aplicabilidade da Análise Dinâmica do Capital de Giro como Instrumento de Avaliação da Gestão Financeira em Cooperativas Agropecuárias. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 129-150. Janeiro-abril 2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997, 745 p.

_____, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2008.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Análise de balanço, análise da liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira**. São Paulo, Atlas, 1998.

_____, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. Sao Paulo: Atlas, 1997.

_____, Sérgio de. **Análise de balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 225 p.

_____, Sérgio de et al. **Manual de Contabilidade Societária:** aplicável a todas as sociedades. São Paulo: Atlas, 2010. 792 p.

_____, Sérgio de. et. al . **Manual de contabilidade societária:** aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES, Rogério R. **Uma investigação do relacionamento entre o Modelo Fleuriet e o Modelo Baseado no Valor Econômico Agregado:** estudo utilizando dados de empresas relativos aos anos de 1999 e 2000. Dissertação de Mestrado. Brasília: Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB, UFPB, UFPE e UFRN, 2002.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis:** contabilidade empresarial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 306 p.

_____, José Carlos. Contabilidade básica. 8. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

_____, José Carlos. **Contabilidade básica.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações.** São Paulo: Atlas, 1994.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços:** abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 459 p.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras.** 15.ed. rev. e atual São Paulo: Frase editora, 2007. 672 p.

OLINQUEVITCH, José Leônidas; SANTI FILHO, Armando de. **Análise de Balanços para controle gerencial:** demonstrativos contábeis exclusivos do fluxo de tesouraria. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004. 394 p.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica:** projetos de pesquisas, TGI,TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PADOVEZE, Luís Clóvis; Benedicto, Gideon Carvalho. **Análise das demonstrações financeiras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 267p.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glauco Antônio. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 532 p.

REIS, Arnaldo. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. São Paulo: Atlas, 2003. 272 p.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS, Jose Luiz dos; et al **Fundamentos de análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, José Pereira. **Análise financeira das empresas**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001. 484 p.

SOUZA, Milanez Silva de. **Gestão de tesouraria das empresas. Contabilidade Vista e Revista**, v.14, n 3, p. 99-111. Dezembro 2003.

VIRGILITO, Salvatore Benito. **Pesquisa de marketing: uma abordagem qualitativa e quantitativa**. São Paulo: Saraiva, 2010.